

# SUMÁRIO

ÍNDICE CRONOLÓGICO ..... 23

## 1. PARTE GERAL

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** ..... 42

**ATO DAS DISPOSIÇÕES  
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS** ..... 106

**CÓDIGO DE ÉTICA DA ANOREG-BR** ..... 127

**MEDIDA PROVISÓRIA** ..... 131

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.200-2,  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001** ..... 131  
*Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.*

**LEIS FEDERAIS** ..... 133

**LEI Nº 5.172,  
DE 25 DE OUTUBRO DE 1966** ..... 133  
*Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.*

**LEI Nº 6.015,  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973** ..... 147  
*Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.*

**LEI Nº 7.711,  
DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988** ..... 187  
*Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.159,  
DE 8 DE JANEIRO DE 1991** ..... 187  
*Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.522,  
DE 11 DE DEZEMBRO DE 1992** ..... 188  
*Extingue taxas, emolumentos, contribuições, parcela da União das Custas e Emolumentos da Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.935,  
DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994** ..... 189  
*Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.*

**LEI Nº 9.307,  
DE 23 DE SETEMBRO DE 1996** ..... 195  
*Dispõe sobre a arbitragem.*

**LEI Nº 9.532,  
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997** ..... 199  
*Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.*

**LEI Nº 9.613,  
DE 3 DE MARÇO DE 1998** ..... 207  
*Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF; e dá outras providências*

**LEI Nº 10.169,  
DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000** ..... 211  
*Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.*

**LEI Nº 10.406,  
DE 10 DE JANEIRO DE 2002** ..... 216  
*Institui o Código Civil.*

**LEI Nº 3.071,  
DE 1º DE JANEIRO DE 1916** ..... 334  
*Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.*

**LEI Nº 10.426,  
DE 24 DE ABRIL DE 2002\*** ..... 393  
*Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.*

**LEI Nº 10.741,  
DE 1º DE OUTUBRO DE 2003\*** ..... 394  
*Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.*

**LEI Nº 11.419,  
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006\*** ..... 396  
*Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.*

**LEI Nº 11.630,  
DE 26 DE DEZEMBRO DE 2007** ..... 397  
*Institui o Dia Nacional do Notário e do Registrador.*

**LEI Nº 11.971,  
DE 6 DE JULHO DE 2009** ..... 397  
*Dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais.*

**LEI Nº 12.682,  
DE 9 DE JULHO DE 2012** ..... 397  
*Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.*

**LEI Nº 13.105,  
DE 16 DE MARÇO DE 2015** ..... 400  
*Código de Processo Civil.*

**LEI Nº 13.140,  
DE 26 DE JUNHO DE 2015** ..... 476  
*Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.*

**LEI Nº 13.286,  
DE 10 DE MAIO DE 2016** ..... 480  
*Dispõe sobre a responsabilidade civil de notários e registradores, alterando o art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994*

**LEI Nº 13.709,  
DE 14 DE AGOSTO DE 2018** ..... 480  
*Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)*

**LEI Nº 14.063,  
DE 23 DE SETEMBRO DE 2020** ..... 490  
*Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.*

**LEI Nº 14.382,  
DE 27 DE JUNHO DE 2022** ..... 492  
*Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de*

*1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021.*

**LEI Nº 14.398,  
DE 8 DE JULHO DE 2022** ..... 494  
*Institui o documento de identidade de notários e registradores e de escreventes de serventias extrajudiciais.*

**LEI Nº 14.534,  
DE 11 DE JANEIRO DE 2023** ..... 494  
*Altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.*

**LEI Nº 14.711,  
DE 30 DE OUTUBRO DE 2023** ..... 495  
*Dispõe sobre o aprimoramento das regras de garantia, a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca, a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, o resgate antecipado de Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda sobre rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificadas que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior e o procedimento de emissão de debêntures; altera as Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.476, de 28 de agosto de 2017, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 9.492, de 10 de setembro de 1997, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 12.249, de 11 de junho de 2010, 14.113, de 25 de dezembro de 2020, 11.312, de 27 de junho de 2006, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 14.382, de 27 de junho de 2022, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 70, de 21 de novembro de 1966, e 73, de 21 de novembro de 1966.*

**LEI Nº 14.756,  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023** ..... 497  
*Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios; revoga disposições do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967; e dá outras providências.*

**LEI Nº 15.040,  
DE 9 DE DEZEMBRO DE 2024** ..... 499  
*Dispõe sobre normas de seguro privado; e revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.*

**LEIS FEDERAIS AGRUPADAS COM SEUS  
DECRETOS REGULAMENTADORES** ..... 507

**LEI Nº 5.433,  
DE 8 DE MAIO DE 1968** ..... 507  
*Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.*

\*. Excerto.

<b>DECRETO Nº 1.799,</b> DE 30 DE JANEIRO DE 1996 .....	507
<i>Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 8.212,</b> DE 24 DE JULHO DE 1991* .....	508
<i>Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO Nº 3.048,</b> DE 6 DE MAIO DE 1999* .....	511
<i>Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 13.146,</b> DE 6 DE JULHO DE 2015 .....	520
<i>Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</i>	
<b>DECRETO Nº 9.451,</b> DE 26 DE JULHO DE 2018 .....	532
<i>Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência.</i>	
<b>LEI Nº 13.874,</b> DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 .....	533
<i>Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO Nº 10.278,</b> DE 18 DE MARÇO DE 2020 .....	537
<i>Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.</i>	
<b>DECRETOS-LEIS</b> .....	539
<b>DECRETO-LEI Nº 4.657,</b> DE 4 DE SETEMBRO DE 1942 .....	539
<i>Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 1.510,</b> DE 27 DE DEZEMBRO DE 1976 .....	541
<i>Dispõe sobre a tributação de resultados obtidos na venda de participações societárias pelas pessoas físicas; altera o Decreto-Lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à pessoa física equiparada à pessoa jurídica em decorrência de operações com imóveis, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 1.537,</b> DE 13 DE ABRIL DE 1977 .....	542
<i>Isenta do pagamento de custas e emolumentos a prática de quaisquer atos, pelos Ofícios e Cartórios de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos e de Notas, relativos às solicitações feitas pela União.</i>	
<b>DECRETOS FEDERAIS</b> .....	543
<b>DECRETO Nº 61.078,</b> DE 26 DE JULHO DE 1967 .....	543
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares.</i>	

<b>DECRETO Nº 166,</b> DE 3 DE JULHO DE 1991* .....	551
<i>Promulga o Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.</i>	
<b>DECRETO Nº 862,</b> DE 9 DE JULHO DE 1993* .....	551
<i>Promulga o Tratado sobre Cooperação Judiciária em Matéria Penal, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, de 17/10/1989.</i>	
<b>DECRETO Nº 3.598,</b> DE 12 DE SETEMBRO DE 2000* .....	551
<i>Promulga o Acordo de Cooperação em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996.</i>	
<b>DECRETO Nº 6.891,</b> DE 2 DE JULHO DE 2009* .....	552
<i>Promulga o Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile.</i>	
<b>DECRETO Nº 7.107,</b> DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010 .....	552
<i>Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.</i>	
<b>DECRETO Nº 7.574,</b> DE 29 DE SETEMBRO DE 2011* .....	554
<i>Regulamenta o processo de determinação e de exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta relativo à interpretação da legislação tributária e aduaneira, à classificação fiscal de mercadorias, à classificação de serviços, intangíveis e de outras operações que produzam variações no patrimônio e de outros processos que especifica, sobre matérias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.</i>	
<b>DECRETO LEGISLATIVO Nº 148,</b> DE 6 DE JULHO DE 2015 .....	555
<i>Aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961.</i>	
<b>DECRETO Nº 8.660,</b> DE 29 DE JANEIRO DE 2016 .....	556
<i>Promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 5 de outubro de 1961.</i>	
<b>DECRETO Nº 8.742,</b> DE 4 DE MAIO DE 2016 .....	558
<i>Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do serviço consular brasileiro e da dispensa de legalização no Brasil das assinaturas e atos emanados das autoridades consulares brasileiras.</i>	
<b>DECRETO Nº 8.936,</b> DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016 .....	558
<i>Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	
<b>DECRETO Nº 9.580,</b> DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018* .....	559
<i>Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.</i>	
<b>DECRETO Nº 9.830,</b> DE 10 DE JUNHO DE 2019 .....	560
<i>Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.</i>	

## RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ .....

<b>RESOLUÇÃO Nº 20,</b> DE 29 DE AGOSTO DE 2006, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ....	563
<i>Disciplina a contratação, por delegados extrajudiciais, de cônjuge, companheiro e parente, na linha reta e na colateral, até terceiro grau, de magistrado incumbido da corregedoria do respectivo serviço de notas ou de registro.</i>	
<b>RESOLUÇÃO Nº 67,</b> DE 3 DE MARÇO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ....	563
<i>Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.</i>	
<b>RESOLUÇÃO Nº 80,</b> DE 9 DE JUNHO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ....	578
<i>Declara a vacância dos serviços notariais e de registro ocupados em desacordo com as normas constitucionais pertinentes à matéria, estabelecendo regras para a preservação da ampla defesa dos interessados, para o período de transição e para a organização das vagas do serviço de notas e registro que serão submetidas a concurso público.</i>	
<b>RESOLUÇÃO Nº 81,</b> DE 9 DE JUNHO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ....	580
<i>Dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital.</i>	
<b>RESOLUÇÃO Nº 125,</b> DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ....	587
<i>Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.</i>	
<b>RESOLUÇÃO Nº 228,</b> DE 22 DE JUNHO DE 2016 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ...	590
<i>Regulamenta a aplicação, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).</i>	
<b>RESOLUÇÃO Nº 401,</b> DE 16 DE JUNHO DE 2021 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ...	592
<i>Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.</i>	
<b>RESOLUÇÃO Nº 469,</b> DE 31 DE AGOSTO DE 2022 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ....	596
<i>Estabelece diretrizes e normas sobre a digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário.</i>	
<b>RESOLUÇÃO Nº 541,</b> DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ....	600
<i>Disciplina a instituição das comissões de heteroidentificação e o respectivo procedimento nos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Judiciário, na forma prevista nas Resoluções CNJ nº 75/2009, 81/2009 e 203/2015.</i>	
<b>RESOLUÇÃO Nº 609,</b> DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ....	602
<i>Determina aos Tribunais de Justiça o envio ao CNJ dos anteprojatos de lei relativos aos serviços notariais e de registro sob sua fiscalização, para elaboração de parecer de mérito antes do encaminhamento ao Poder Legislativo.</i>	

## RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS – COAF ..... 603

**RESOLUÇÃO Nº 31,**  
DE 7 DE JUNHO DE 2019 ..... 603  
Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas e jurídicas reguladas pelo Coaf, na forma do §1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para cumprimento de sanções impostas nos termos da Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019; e para as comunicações de que trata o art. 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, relacionadas a terrorismo e seu financiamento.

**RESOLUÇÃO COAF Nº 40,**  
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021 ..... 603  
Dispõe sobre os procedimentos a serem observados, em relação a pessoas expostas politicamente, por aqueles que se sujeitam à supervisão do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf na forma do § 1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

## PROVIMENTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.....605

**PROVIMENTO Nº 23,**  
DE 24 DE OUTUBRO DE 2012\*\* ..... 605  
Dispõe sobre a restauração de livros extraviados ou danificados no serviço extrajudicial de notas e de registro.

**PROVIMENTO Nº 24,**  
DE 23 DE OUTUBRO DE 2012 ..... 605  
Dispõe sobre a alimentação dos dados no sistema “Justiça Aberta”.

**PROVIMENTO Nº 25,**  
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012 ..... 605  
Dispõe sobre a regulamentação do uso do Malote Digital pelas serventias extrajudiciais de notas e de registro.

**PROVIMENTO Nº 41,**  
DE 6 DE OUTUBRO DE 2014 ..... 606  
Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação dos atos normativos expedidos pela Corregedoria Nacional de Justiça.

**PROVIMENTO Nº 45,**  
DE 13 DE MAIO DE 2015 ..... 608  
Revoga o Provimento 34 de 09/07/2013 e a Orientação 6 de 25/11/2013 e consolida as normas relativas à manutenção e escrituração dos Livros Diário Auxiliar, Visitas e Correções e Controle de Depósito Prévio pelos titulares de delegações e responsáveis interinos do serviço extrajudicial de notas e registros públicos, e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 50,**  
DE 28 DE SETEMBRO DE 2015 ..... 609  
Dispõe sobre a conservação de documentos nos cartórios extrajudiciais.

**PROVIMENTO Nº 60,**  
DE 10 DE AGOSTO DE 2017\*\* ..... 616  
Estabelece diretrizes gerais para a cobrança de emolumentos sobre os contratos de exploração de energia eólica.

**PROVIMENTO Nº 61,**  
DE 17 DE OUTUBRO DE 2017 ..... 616  
Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos serviços extrajudiciais em todo o território nacional.

**PROVIMENTO Nº 62,**  
DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017 ..... 616  
Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos para a aposição de apostila, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência

de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).

**PROVIMENTO Nº 67,**  
DE 26 DE MARÇO DE 2018\*\* ..... 617  
Dispõe sobre os procedimentos de conciliação e de mediação nos serviços notariais e de registro do Brasil.

**PROVIMENTO Nº 69,**  
DE 12 DE JUNHO DE 2018\*\* ..... 618  
Dispõe sobre o teletrabalho no âmbito dos serviços notariais e de registro do Brasil.

**PROVIMENTO Nº 74,**  
DE 31 DE JULHO DE 2018 ..... 618  
Dispõe sobre padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados para a continuidade da atividade pelos serviços notariais e de registro do Brasil e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 77,**  
DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018 ..... 619  
Dispõe sobre a designação de responsável interino pelo expediente.

**PROVIMENTO Nº 78,**  
DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018\*\* ..... 619  
Dispõe sobre a incompatibilidade da atividade notarial e de registro com o exercício simultâneo de mandato eletivo e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 79,**  
DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018 ..... 620  
Dispõe sobre a política institucional de Metas Nacionais do Serviço Extrajudicial e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 85,**  
DE 19 DE AGOSTO DE 2019 ..... 620  
Dispõe sobre a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030, pelas Corregedorias do Poder Judiciário e pelo Serviço Extrajudicial.

**PROVIMENTO Nº 107,**  
DE 24 DE JUNHO DE 2020 ..... 621  
Dispõe sobre a proibição de cobrança de quaisquer valores dos consumidores finais dos serviços prestados pelas centrais cartorárias em todo o território nacional, e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 108,**  
DE 3 DE JULHO DE 2020 ..... 622  
Dispõe sobre o envio de dados estatísticos pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, relativos à fiscalização das obrigações impostas a notários e registradores de todo o Brasil, no cumprimento dos termos do Provimento n. 88/2019 da Corregedoria Nacional de Justiça e de correlatas sanções que tenham sido aplicadas, na forma do art. 12 da Lei n. 9.613/98 e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 127,**  
DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022 ..... 622  
Disciplina a Plataforma do Sistema Integrado de Pagamentos Eletrônicos – SIPE para os serviços notariais e de registro, e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 130,**  
DE 24 DE JUNHO DE 2022 ..... 624  
Dispõe sobre diretrizes e parâmetros para implantação, utilização e funcionamento do sistema do Processo Judicial Eletrônico nas Corregedorias (PJeCor).

**PROVIMENTO Nº 133,**  
DE 15 DE AGOSTO DE 2022 ..... 624  
Disciplina a alimentação do PAINEL NACIONAL DOS CONCURSOS PÚBLICOS DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTRO, gerido pela Corregedoria Nacional de Justiça.

**PROVIMENTO Nº 134,**  
DE 24 DE AGOSTO DE 2022 ..... 624  
Estabelece medidas a serem adotadas pelas serventias extrajudiciais em âmbito nacional para o processo

de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**PROVIMENTO Nº 139,**  
DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023\*\* ..... 625  
Regulamenta o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), o Operador Nacional do Sistema de Registros Públicos (ONSERP), o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (FIC-ONSERP), o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro Civil de Pessoas Naturais (FIC-RCPN) e o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas (FIC-RTDPJ), institui o Operador Nacional do Registro Civil de Pessoas Naturais (ON-RCPN) e o Operador Nacional do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas (ON-RTDPJ), e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 147,**  
DE 4 DE JULHO DE 2023 ..... 625  
Dispõe sobre a política permanente de enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, no âmbito das atribuições da Corregedoria Nacional de Justiça; adota protocolo específico para o atendimento a vítimas e recebimento de denúncias de violência contra a mulher envolvendo magistrados, servidores do Poder Judiciário, notários e registradores; cria canal simplificado de acesso a vítimas de violência contra a mulher na Corregedoria Nacional de Justiça e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 149,**  
DE 30 DE AGOSTO DE 2023 ..... 627  
Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/ CN/CNJ-Extra), que regula os serviços notariais e de registro.

**PROVIMENTO Nº 156,**  
DE 4 DE NOVEMBRO DE 2023 ..... 718  
Dispõe sobre as normas a serem observadas nas inspeções e correções de competência da Corregedoria Nacional de Justiça, nas unidades judiciais e administrativas dos tribunais e nos serviços notariais e de registro.

**PROVIMENTO Nº 159,**  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023 ..... 723  
Institui o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – FIC-ONSERP, o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro Civil das Pessoas Naturais – FIC-RCPN, e o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas – FIC-RTDPJ; dispõe sobre suas receitas; e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 162,**  
DE 11 DE MARÇO DE 2024 ..... 725  
Regulamenta o art. 47-A do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (RICNJ), acerca da celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Corregedoria Nacional de Justiça e magistrados, servidores e serventuários do Poder Judiciário ou delegatários de serventias extrajudiciais, e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 176,**  
DE 23 DE JULHO DE 2024 ..... 727  
Altera as regras do exercício da interinidade de serventias extrajudiciais vagas de acordo com o julgamento da ADI n. 1.183/DF pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 180,**  
DE 16 DE AGOSTO DE 2024 ..... 728  
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – Serp; e dá outras providências.

\*\* Incorporado pelo CNN.

**PROVIMENTO Nº 184,**  
DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024 ..... 728  
*Estabelece normas gerais para a realização do Exame Nacional de Cartórios – ENAC pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e dá outras providências.*

**RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ** ..... 731

**RECOMENDAÇÃO Nº 9,**  
DE 7 DE MARÇO DE 2013 ..... 731  
*Dispõe sobre a formação e manutenção de arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e de registro.*

**RECOMENDAÇÃO Nº 28,**  
DE 17 DE AGOSTO DE 2018 ..... 731  
*Recomenda aos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal a celebração de convênios com notários e registradores do Brasil para a instalação de centros judiciários de solução de conflitos e cidadania (CEJUSCs).*

**RECOMENDAÇÃO Nº 39,**  
DE 19 DE JUNHO DE 2019 ..... 732  
*Dispõe sobre a necessidade de observância das decisões da Corregedoria Nacional de Justiça relacionadas à vedação de designação de interinos parentes de antigos delegatários titulares das serventias vagas.*

**RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 46,**  
DE 22 DE JUNHO DE 2020 ..... 733  
*Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa, especialmente vulnerável no período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.*

**RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 47,**  
DE 12 DE MARÇO DE 2021 ..... 733  
*Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira contra pes-*

*soa idosa, especialmente vulnerável, no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.*

**RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 49,**  
DE 3 DE MARÇO DE 2022 ..... 734  
*Dispõe sobre a adesão dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro à Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica.*

**ORIENTAÇÃO DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ** ..... 735

**ORIENTAÇÃO Nº 7,**  
DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018 ..... 735  
*Dispõe sobre a reestruturação periódica das serventias extrajudiciais vagas*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ** ..... 736

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 105,**  
DE 9 DE JANEIRO DE 2025 ..... 736  
*Dispõe sobre a tramitação integrada de procedimentos entre a Ouvidoria Nacional da Mulher e a Corregedoria Nacional de Justiça para tratamento de representações administrativas e demandas relacionadas aos direitos das mulheres no âmbito do Poder Judiciário, na esfera de suas respectivas atribuições.*

**PORTARIA CONJUNTA DA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN E RECEITA FEDERAL DO BRASIL – RFB** ..... 737

**PORTARIA Nº 1.751,**  
DE 2 DE OUTUBRO DE 2014 ..... 737  
*Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.*

**PORTARIA DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA – SPUSEDM/ME** ..... 740

**PORTARIA Nº 24.218,**  
DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020 ..... 740  
*Estabelece as normas para envio da Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União (Doitu) pelos cartórios à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério da Economia.*

**INSTRUÇÕES DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – RFB** ..... 742

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.110,**  
DE 17 DE OUTUBRO DE 2022\* ..... 742  
*Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.186,**  
DE 12 DE ABRIL DE 2024 ..... 743  
*Aprova o programa e as instruções para preenchimento da Declaração sobre Operações Imobiliárias, versão 6.1, define regras para a sua apresentação e dá outras providências.*

## 2. PARTE ESPECIAL

### 2.1. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**LEIS FEDERAIS** ..... 749

**LEI Nº 765,**  
DE 14 DE JULHO DE 1949 ..... 749  
*Dispõe sobre o registro civil de nascimento.*

**LEI Nº 2.375,**  
DE 21 DE DEZEMBRO DE 1954 ..... 749  
*Dispõe sobre a inscrição no Registro Público da emancipação por outorga do pai ou da mãe.*

**LEI Nº 3.764,**  
DE 25 DE ABRIL DE 1960 ..... 749  
*Estabelece rito sumaríssimo para retificações no registro civil.*

**LEI Nº 5.891,**  
DE 12 DE JUNHO DE 1973 ..... 749  
*Altera normas sobre exame médico na habilitação de casamento entre colaterais de terceiro grau.*

**LEI Nº 6.001,**  
DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 ..... 749  
*Dispõe sobre o Estatuto do Índio.*

**LEI Nº 6.515,**  
DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977 ..... 753  
*Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.683,**  
DE 28 DE AGOSTO DE 1979 ..... 755  
*Concede anistia e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.069,**  
DE 13 DE JULHO DE 1990 ..... 756  
*Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.501,**  
DE 30 DE NOVEMBRO DE 1992 ..... 785  
*Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.560,**  
DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992 ..... 785  
*Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.971,**  
DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994 ..... 786  
*Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.*

**LEI Nº 9.140,**  
DE 4 DE DEZEMBRO DE 1995 ..... 786  
*Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.*

**LEI Nº 9.265,**  
DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996 ..... 787  
*Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.*

**LEI Nº 9.278,**  
DE 10 DE MAIO DE 1996 ..... 787  
*Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.*

**LEI Nº 9.465,**  
DE 7 DE JULHO DE 1997 ..... 788  
*Dispõe sobre fornecimento gratuito de registro extemporâneo de nascimento.*

**LEI Nº 11.804,**  
DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008 ..... 788  
*Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.*

**LEI Nº 11.976,**  
DE 7 DE JULHO DE 2009 ..... 788  
*Dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.*

**LEI Nº 12.662,**  
DE 5 DE JUNHO DE 2012 ..... 789  
*Assegura validade nacional à Declaração de Nascimento Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.*

**LEI Nº 13.257,**  
DE 8 DE MARÇO DE 2016\* ..... 789  
*Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.*

**LEI Nº 13.444,**  
DE 11 DE MAIO DE 2017 ..... 791  
*Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).*

**DECRETOS-LEIS**.....793

**DECRETO-LEI Nº 5.782,**  
DE 30 DE AGOSTO DE 1943 ..... 793  
*Regula a situação do servidor do Estado desaparecido em naufrágio, acidente, ou em qualquer ato de guerra ou de agressão à soberania nacional.*

**DECRETO-LEI Nº 6.239,**  
DE 3 DE FEVEREIRO DE 1944 ..... 793  
*Regula a situação referente aos militares da Aeronáutica que se invalidarem para o serviço militar em consequência de atos de agressão do inimigo e a dos desaparecidos em aeronaves durante o voo.*

**LEI FEDERAL AGRUPADA COM SEU  
DECRETO REGULAMENTADOR**.....794

**LEI Nº 7.116,**  
DE 29 DE AGOSTO DE 1983 ..... 794  
*Assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências.*

**LEI Nº 9.454,**  
DE 7 DE ABRIL DE 1997 ..... 794  
*Institui o número único de Registro de Identidade Civil e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 10.977,**  
DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022..... 795  
*Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para estabelecer os procedimentos e os requisitos para a expedição da Carteira de Identidade por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, para estabelecer o Serviço de Identificação do Cidadão como o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.*

**LEI Nº 13.445,**  
DE 24 DE MAIO DE 2017 ..... 797  
*Institui a Lei de Migração*

**DECRETO Nº 9.199,**  
DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017\* ..... 806  
*Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.*

**DECRETOS**.....810

**DECRETO Nº 7.037,**  
DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009\* ..... 810  
*Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 7.231,**  
DE 14 DE JULHO DE 2010 ..... 810  
*Regulamenta o art. 29, incisos I, II e III, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 8.727,**  
DE 28 DE ABRIL DE 2016 ..... 811  
*Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.*

**DECRETO Nº 9.929,**  
DE 22 DE JULHO DE 2019 ..... 811  
*Dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc e sobre o seu comitê gestor.*

**DECRETO Nº 10.063,**  
DE 14 DE OUTUBRO DE 2019 ..... 813  
*Dispõe sobre o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, o Comitê Gestor Nacional do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação da Documentação Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica.*

**RESOLUÇÕES**.....815**RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE  
JUSTIÇA (CNJ) E DO CONSELHO NACIONAL  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)**..... 815

**RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 03,**  
DE 19 DE ABRIL DE 2012  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
(CNJ) E DO CONSELHO NACIONAL  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP) ..... 815  
*Dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.*

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO  
NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ**..... 816

**RESOLUÇÃO Nº 155,**  
DE 16 DE JULHO DE 2012, DO CONSELHO  
NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ ..... 816  
*Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior*

**RESOLUÇÃO Nº 175,**  
DE 14 DE MAIO DE 2013, DO CONSELHO  
NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ ..... 818  
*Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.*

**RESOLUÇÃO Nº 270,**  
DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018, DO CONSELHO  
NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ ..... 818  
*Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.*

**RESOLUÇÃO Nº 402,**  
DE 28 DE JUNHO DE 2021, DO CONSELHO  
NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ ..... 819  
*Dispõe sobre ações de caráter informativo, no âmbito do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, para melhor preparação para o casamento civil, e dá outras providências.*

**RESOLUÇÃO Nº 601,**  
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2024, DO CONSELHO  
NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ ..... 820  
*Dispõe sobre o dever de reconhecer e retificar os assentos de óbito de todos os mortos e desaparecidos vítimas da ditadura militar.*

**RESOLUÇÃO DO COMITÊ GESTOR  
DO SISTEMA NACIONAL DE  
INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL** ..... 821

**RESOLUÇÃO Nº 01,**  
DE 9 DE JULHO DE 2015 ..... 821  
*Dispõe sobre a padronização dos procedimentos para envio de dados pelas serventias de registro civil de pessoas naturais ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – Sirc.*

**RESOLUÇÃO Nº 4,**  
DE 28 DE MAIO DE 2019 ..... 821  
*Dispõe sobre o compartilhamento de dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc.*

**RESOLUÇÃO Nº 8,**  
DE 2 DE DEZEMBRO DE 2021 ..... 823  
*Regulamenta o § 6º do artigo 7º do Decreto nº 9.929 de 22 de julho de 2019.*

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO  
FEDERAL DE MEDICINA (CFM)**..... 823

**RESOLUÇÃO Nº 2.320,**  
DE 1º DE SETEMBRO DE 2022, DO CONSELHO  
FEDERAL DE MEDICINA (CFM) ..... 823  
*Adota normas éticas para a utilização de técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aper-*

*feioamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.294, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2021, Seção I, p. 60.*

**PROVIMENTOS DO CONSELHO  
NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ**..... 826

**PROVIMENTO Nº 12,**  
DE 6 DE AGOSTO DE 2010 ..... 826  
*Determinar que seja remetido, em forma que preserve o sigilo, para cada uma das 27 Corregedorias Gerais dos Tribunais de Justiça, o CD com os nomes e endereços dos alunos que, naquela unidade da Federação, não possuem paternidade estabelecida, segundo os dados do Censo escolar.*

**PROVIMENTO Nº 13,**  
DE 3 DE SETEMBRO DE 2010\*\* ..... 827  
*Dispõe sobre a emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos.*

**PROVIMENTO Nº 14,**  
DE 29 DE ABRIL DE 2011 ..... 827  
*Dispõe sobre a emissão de certidões pelos Oficinas de Registro Civil das Pessoas Naturais em papel de segurança unificado fornecido pela Casa da Moeda do Brasil.*

**PROVIMENTO Nº 15,**  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011 ..... 828  
*Dispõe sobre a emissão de certidões pelos Oficinas de Registro Civil das Pessoas Naturais em papel de segurança unificado fornecido pela Casa da Moeda do Brasil e o início de sua utilização obrigatória.*

**PROVIMENTO Nº 16,**  
DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012 ..... 828  
*Dispõe sobre a recepção, pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, de indicações de supostos pais de pessoas que já se acharem registradas sem paternidade estabelecida, bem como sobre o reconhecimento espontâneo de filhos perante os referidos registradores.*

**PROVIMENTO Nº 26,**  
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 ..... 832  
*Dispõe sobre o "Projeto Pai Presente – 2012"*

**PROVIMENTO Nº 28,**  
DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013\*\* ..... 833  
*Dispõe sobre o registro tardio de nascimento, por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, nas hipóteses que disciplina.*

**PROVIMENTO Nº 37,**  
DE 7 DE JULHO DE 2014\*\* ..... 833  
*Dispõe sobre o registro de união estável no Livro "E" do registro civil das pessoas naturais, sobre o termo declaratório de reconhecimento e dissolução de união estável lavrado perante o registro civil das pessoas naturais, sobre a alteração extrajudicial do regime de bens na união estável e sobre a conversão da união estável em casamento. (Redação dada pelo Provimento n. 141, de 16.3.2023)*

**PROVIMENTO Nº 46,**  
DE 16 DE JUNHO DE 2015\*\* ..... 833  
*Revoga o Provimento 38 de 25/07/2014 e dispõe sobre a Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC.*

**PROVIMENTO Nº 51,**  
DE 22 DE SETEMBRO DE 2015\*\* ..... 833  
*Dispõe sobre a averbação de carta de sentença expedida após homologação de sentença estrangeira relativa a divórcio ou separação judicial.*

**PROVIMENTO Nº 53,**  
DE 16 DE MAIO DE 2016\*\* ..... 834  
*Dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assento de casamento, independentemente de homologação judicial.*

\* Excerto.

\*\* Incorporado pelo CNN.

<b>PROVIMENTO Nº 63, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017</b> .....	834
<i>Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos escritórios de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro "A" e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 73, DE 28 DE JUNHO DE 2018</b> .....	835
<i>Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN).</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 81, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018</b> .....	839
<i>Dispõe sobre a Renda Mínima do Registrador Civil de Pessoas Naturais.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 82, DE 3 DE JULHO DE 2019</b> .....	839
<i>Dispõe sobre o procedimento de averbação, no registro de nascimento e no de casamento dos filhos, da alteração do nome do genitor e dá outras providências.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 104, DE 9 DE JUNHO DE 2020**</b> .....	840
<i>Dispõe sobre o envio de dados registrais, das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, pelo Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, diretamente ou por intermédio da Central de Informações de Registro Civil de Pessoas Naturais- CRC, aos Institutos de Identificação dos Estados e do Distrito Federal, para fins exclusivos de emissão de registro geral de identidade.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 122, DE 13 DE AGOSTO DE 2021</b> .....	840
<i>Dispõe sobre o assento de nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais nos casos em que o campo sexo da Declaração de Nascimento Vivo (DNV) ou na Declaração de Óbito (DO) fetal tenha sido preenchido "ignorado".</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 137, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022**</b> .....	845
<i>Estabelece regras para o envio, ao Tribunal Superior Eleitoral, da comunicação de alteração de prenome prevista no art. 56, § 3º, da Lei n. 6.015/1973, com a redação dada pela Lei n. 14.382/2022.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 151, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023</b> .....	845
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o registro do natimorto e para estabelecer o procedimento de promoção do registro de nascimento de criança ou adolescente no caso de omissão.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 152, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023</b> .....	846
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para aprimorar as regras de averbação de alteração de nome, de gênero ou de ambos de pessoas transgênero.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 153, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023</b> .....	846
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o procedimento de alteração extrajudicial do nome perante o Registro Civil das Pessoas Naturais.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 157, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023</b> .....	846
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a autenticação de usuários, assinatura</i>	

*eletrônica e lista de serviços eletrônicos confiáveis do Operador Nacional do Registro Civil das Pessoas Naturais – ON-RCPN.*

<b>PROVIMENTO Nº 177, DE 15 DE AGOSTO DE 2024</b> .....	847
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para regulamentar o procedimento para restauração e suprimento de registro civil diretamente nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 182, DE 17 DE SETEMBRO DE 2024</b> .....	847
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos escritórios de registro civil das pessoas naturais.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 191, DE 25 DE ABRIL DE 2025</b> .....	857
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para regulamentar os procedimentos relativos aos assentos de nascimentos decorrentes de adoção unilateral.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 199, DE 25 DE JUNHO DE 2025</b> .....	857
<i>Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e de Promoção do Acesso à Documentação Civil Básica por Pessoas e Populações em Vulnerabilidade e instituir a Semana Nacional do Registro Civil; revoga o Provimento nº 140, de 22 de fevereiro de 2023, e dá outras providências.</i>	

## RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ.....860

<b>RECOMENDAÇÃO Nº 6, DE 2 DE JULHO DE 2012</b> .....	860
<i>Dispõe sobre o uso de papel de segurança unificado para emissão de certidões pelos Escritórios de Registro Civil das Pessoas Naturais.</i>	

<b>RECOMENDAÇÃO Nº 8, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012</b> .....	860
<i>Dispõe sobre a colocação de criança e adolescente em família substituída por meio de guarda.</i>	

<b>RECOMENDAÇÃO Nº 18, DE 2 DE MARÇO DE 2015</b> .....	860
<i>Dispõe sobre a expedição de certidão de óbito no estabelecimento de saúde em que ocorra o falecimento.</i>	

<b>RECOMENDAÇÃO Nº 19, DE 25 DE MARÇO DE 2015</b> .....	861
<i>Dispõe sobre a instituição de Banco de Dados de óbitos de pessoas não identificadas, nos Estados que possuem Central de Registro Civil e no Distrito Federal.</i>	

<b>RECOMENDAÇÃO Nº 23, DE 28 DE JUNHO DE 2016</b> .....	861
<i>Recomenda aos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais que registrem a profissão dos pais a serviço do seu país nos assentos e certidões de nascimento dos seus filhos nascidos no Brasil.</i>	

<b>RECOMENDAÇÃO Nº 40, DE 2 DE JULHO DE 2019</b> .....	861
<i>Dispõe sobre os prazos e informações a serem prestadas ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC pelas serventias extrajudiciais de registro de pessoas naturais.</i>	

<b>RECOMENDAÇÃO Nº 43, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019</b> .....	862
<i>Dispõe sobre o procedimento prévio a ser observado por todos os registradores civis do País para a lavratura de registros de nascimento e passaportes.</i>	

<b>RECOMENDAÇÃO Nº 50, DE 18 DE JULHO DE 2022</b> .....	862
<i>Dispõe sobre a prevalência do direito fundamental ao nome sobre exigências não estabelecidas na Lei de Registros Públicos, para fins de registro de nascimento ou de óbito de crianças.</i>	

## ORIENTAÇÃO DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ.....863

<b>ORIENTAÇÃO Nº 4, DE 25 DE JUNHO DE 2013</b> .....	863
<i>Orienta sobre a desnecessidade de preenchimento da coluna "CID" do campo 40 da Declaração de Óbito do Ministério da Saúde para efeito de lavratura de assento de óbito por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.</i>	

## INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.....864

<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2024</b> .....	864
<i>Dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</i>	

## INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS.....869

<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 116, DE 5 MAIO DE 2021</b> .....	869
<i>Disciplina o procedimento relativo à apuração de descumprimento de qualquer obrigação imposta pelo art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, assim como o fornecimento de informação inexistente pelos Titulares de Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, para fins de aplicação de multa e propositura de ação regressiva.</i>	

## PORTARIAS.....872

<b>PORTARIA Nº 938, DE 20 DE MAIO DE 2002</b>	
<b>DO MINISTÉRIO DA SAÚDE</b> .....	872

<b>PORTARIA Nº 116, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009</b>	
<b>DA SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE</b> .....	872
<i>Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde.</i>	

<b>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 8, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019</b>	
<b>DOS MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DAS RELAÇÕES EXTERIORES</b> .....	877
<i>Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos pedidos de naturalização especial.</i>	

<b>PORTARIA Nº 901, DE 20 DE MAIO DE 2021</b>	
<b>DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS</b> .....	882
<i>Dispõe sobre regras de condutas de acesso pelos Titulares e Substitutos de Cartórios de Registro Civil ao Sistema Nacional de Informações de Registros Cíveis - SIRC.</i>	

<b>PORTARIA Nº 1.137, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023</b>	
<b>DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES</b> .....	883
<i>Credencia a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN Brasil) para prestar o serviço de disponibilização e assinatura da Autorização para Transferência de Propriedade do Veículo em meio digital (ATPV-e).</i>	

<b>PORTARIA Nº 548, DE 30 DE JULHO DE 2024</b>	
<b>DO MINISTÉRIO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES</b> .....	883
<i>Delega competência para praticar atos relativos à adesão do Ministério das Relações Exteriores às centrais de informação de registros civis públicos e de atos notariais no Brasil.</i>	

\*\* Incorporado pelo CNN.

## 2.2. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

### LEI COMPLEMENTAR ..... 887

**LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006** ..... 887  
*Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.*

### LEIS FEDERAIS ..... 917

**LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971** ..... 917  
*Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 1974** ..... 925  
*Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994\*** ..... 926  
*Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).*

**LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995** ..... 926  
*Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.*

**LEI Nº 11.649, DE 4 DE ABRIL DE 2008** ..... 934  
*Dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.*

**LEI Nº 12.879, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013** ..... 935  
*Dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.*

**LEI Nº 12.881, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013** ..... 935  
*Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.*

**LEI Nº 12.973, DE 13 DE MAIO DE 2014\*** ..... 936  
*Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins; revoga o Regime Tributário de Transição – RT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; altera o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 e as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 4.506, de 30 de novembro de 1964, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002,*

*10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 9.656, de 3 de junho de 1998, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.893, de 13 de julho de 2004, 11.312, de 27 de junho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.716, de 21 de setembro de 2012, e 12.844, de 19 de julho de 2013; e dá outras providências.*

**LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014\*** ..... 937  
*Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*

**LEI Nº 13.267, DE 6 DE ABRIL DE 2016** ..... 938  
*Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.*

**LEI Nº 14.030, DE 28 DE JULHO DE 2020** ..... 939  
*Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis nºs 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.*

**LEI Nº 14.195, DE 26 DE AGOSTO DE 2021\*** ..... 940  
*Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os Decretos-Lei nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e 1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro*

*de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de 14 de maio de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Lei nºs 491, de 5 de março de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências.*

### LEI FEDERAL AGRUPADA COM SEU DECRETO REGULAMENTADOR ..... 945

**LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994** ..... 945  
*Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 1.800, DE 30 DE JANEIRO DE 1996** ..... 949  
*Regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.*

### DECRETOS-LEIS ..... 959

**DECRETO-LEI Nº 1.027, DE 2 DE JANEIRO DE 1939** ..... 959  
*Dispõe sobre o registro de contratos de compra e venda com reserva de domínio.*

**DECRETO-LEI Nº 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969** ..... 959  
*Altera a redação do art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências.*

**DECRETO-LEI Nº 9.085, DE 25 DE MARÇO DE 1946** ..... 961  
*Dispõe sobre o registro civil das pessoas jurídicas*

### DECRETOS FEDERAIS ..... 962

**DECRETO Nº 24.778, DE 14 DE JULHO DE 1934** ..... 962  
*Reconhece ser objeto de penhor os créditos garantidos por hipoteca ou penhor, os quais, para êsse efeito, considerar-se-ão coisa móvel.*

### PROVIMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ ..... 963

**PROVIMENTO Nº 27, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012** ..... 963  
*Dispõe sobre a facultatividade e a competência para o registro de contratos de alienação fiduciária e de arrendamento mercantil de veículos por Oficial de Registro de Títulos e Documentos.*

**PROVIMENTO Nº 48, DE 16 DE MARÇO DE 2016\*\*** ..... 963  
*Estabelece diretrizes gerais para o sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas.*

**PROVIMENTO Nº 196, DE 4 DE JUNHO DE 2025** ..... 963  
*Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para estabelecer regras sobre o processo de busca e apreensão e consolidação de propriedade fiduciária extrajudiciais de bem móvel perante o Ofício de Registro de Títulos e Documentos.*

\*. Excerto.

\*\* Incorporado pelo CNN.

**INSTRUÇÕES NORMATIVAS** .....965**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**..... 965

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.119, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022**..... 965  
Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

**MEDIDAS PROVISÓRIAS**.....997

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001**..... 997  
Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.

**LEIS COMPLEMENTARES**.....998

**LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 6 DE JULHO DE 1993**..... 998  
Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 93, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998**..... 999  
Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 29 DE MAIO DE 2001\***..... 1000  
Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

**LEIS FEDERAIS**..... 1001

**LEI Nº 2.185, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1954**..... 1001  
Modifica a data de início da contagem do prazo para apresentação dos documentos e pedidos de regularização de posses de terrenos pertencentes ao domínio da União.

**LEI Nº 2.666, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1955**..... 1001  
Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas.

**LEI Nº 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962**..... 1001  
Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

**LEI Nº 4.331, DE 1º DE JUNHO DE 1964**..... 1002  
Dispõe sobre a aquisição, por Governos estrangeiros, no Distrito Federal, de imóveis necessários à residência dos agentes diplomáticos das respectivas Missões Diplomáticas

**LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964**..... 1002  
Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

**LEI Nº 4.519, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1964**..... 1009  
Dispõe sobre a liquidação por acordo das desapropriações efetuadas no Nordeste e dá outras providências.

**LEI Nº 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964**..... 1010  
Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DO DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO – DREI**..... 974

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 81, DE 10 DE JUNHO DE 2020**..... 974  
Dispõe sobre as normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas, bem como regulamenta as disposições do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996.

**2.3. REGISTRO DE IMÓVEIS**

**LEI Nº 4.864, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1965**..... 1023  
Cria Medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil.

**LEI Nº 5.741, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971**..... 1026  
Dispõe sobre a proteção do financiamento de bens imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.

**LEI Nº 5.972, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1973**..... 1026  
Regula o procedimento para o registro da propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União.

**LEI Nº 6.383, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976**..... 1027  
Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras providências.

**LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976\***..... 1029  
Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

**LEI Nº 6.530, DE 12 DE MAIO DE 1978**..... 1035  
Dá nova regulamentação à profissão de Corretor de Imóveis, disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dá outras providências.

**LEI Nº 6.739, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1979**..... 1037  
Dispõe sobre a Matrícula e o Registro de Imóveis Rurais, e dá outras providências.

**LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979**..... 1038  
Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.

**LEI Nº 6.855, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1980\***..... 1046  
Cria a Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências.

**LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981**..... 1046  
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

**LEI Nº 6.969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981**..... 1050  
Dispõe sobre a Aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.

**LEI Nº 6.987, DE 13 DE ABRIL DE 1982**..... 1051  
Dispõe sobre a alienação de imóveis de propriedade da União e das entidades da Administração Federal Indireta, e dá outras providências.

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990**..... 1051  
Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

**LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990**..... 1053  
Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

**RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE**.....993

**RESOLUÇÃO Nº 23.670, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021**..... 993  
Dispõe sobre as federações de partidos políticos.

**LEI Nº 8.025, DE 12 DE ABRIL DE 1990**..... 1054  
Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal, e dá outras providências.

**LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991**..... 1055  
Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

**LEI Nº 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992**..... 1062  
Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.

**LEI Nº 8.668, DE 25 DE JUNHO DE 1993**..... 1063  
Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro); e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.130, de 2021)

**LEI Nº 8.692, DE 28 DE JULHO DE 1993**..... 1066  
Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.

**LEI Nº 8.847, DE 28 DE JANEIRO DE 1994**..... 1068  
Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e dá outras providências.

**LEI Nº 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996**..... 1068  
Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.

**LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997**..... 1071  
Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.

**LEI Nº 10.150, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000**..... 1076  
Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente, e dá outras providências.

**LEI Nº 10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001**..... 1082  
Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.

**LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001**..... 1084  
Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

**LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002\***..... 1089  
Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.

<b>LEI Nº 10.998, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2004</b> .....	1090
<i>Altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.</i>	
<b>LEI Nº 11.483, DE 31 DE MAIO DE 2007*</b> .....	1090
<i>Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 11.795, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008</b> .....	1092
<i>Dispõe sobre o Sistema de Consórcio.</i>	
<b>LEI Nº 12.024, DE 27 DE AGOSTO DE 2009</b> .....	1095
<i>Dá nova redação aos arts. 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, atribui à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; altera as Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.652, de 7 de abril de 2008, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</b> .....	1097
<i>Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 13.097, DE 19 DE JANEIRO DE 2015*</b> .....	1100
<i>Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei nº 745, de 7 de agosto de 1969,</i>	
<i>e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1º de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 13.139, DE 26 DE JUNHO DE 2015</b> .....	1105
<i>Altera os Decretos-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981; dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União; e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 13.178, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015</b> .....	1108
<i>Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999.</i>	
<b>LEI Nº 13.240, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</b> .....	1108
<i>Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nºs 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015.</i>	
<b>LEI Nº 13.259, DE 16 DE MARÇO DE 2016</b> .....	1112
<i>Altera as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e 12.973, de 13 de maio de 2014, para possibilitar opção de tributação de empresas coligadas no exterior na forma de empresas controladas; e regulamenta o inciso XI do art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.</i>	
<b>LEI Nº 13.347, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016</b> .....	1114
<i>Limita o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para efeito do cálculo do valor do domínio pleno do terreno a que se refere o § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017</b> .....	1114
<i>Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de</i>	
<i>1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 13.476, DE 28 DE AGOSTO DE 2017</b> .....	1125
<i>Altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para dispor sobre a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de registro ou de depósito centralizado, e a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015; e revoga dispositivo da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.</i>	
<b>LEI Nº 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019</b> .....	1127
<i>Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.</i>	
<b>LEI Nº 14.011, DE 10 DE JUNHO DE 2020</b> .....	1129
<i>Aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.636, de 15 de maio de 1998, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 13.259, de 16 de março de 2016, e 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, e o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; revoga dispositivos das Leis nºs 9.702, de 17 de novembro de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 13.874, de 20 de setembro de 2019; e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 14.118, DE 12 DE JANEIRO DE 2021</b> .....	1130
<i>Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017.</i>	
<b>LEI Nº 14.119, DE 13 DE JANEIRO DE 2021</b> .....	1131
<i>Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política.</i>	
<b>LEI Nº 14.334, DE 10 DE MAIO DE 2022</b> .....	1134
<i>Dispõe sobre a impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia.</i>	
<b>LEI Nº 14.430, DE 3 DE AGOSTO DE 2022</b> .....	1134
<i>Dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro (LRS) por Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE), sobre as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis e sobre a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários; altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 4.594, de 29 de dezembro de 1964, e o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e revoga dispositivos das Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.331, de 1º de setembro de 2016, e 13.986, de 7 de abril de 2020.</i>	
<b>LEI Nº 14.620, DE 13 DE JULHO DE 2023</b> .....	1140
<i>Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de</i>	

2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

## LEIS FEDERAIS AGRUPADAS COM SEUS DECRETOS REGULAMENTADORES .....1147

### LEI Nº 4.504,

DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964..... 1147  
Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

### DECRETO Nº 59.428,

DE 27 DE OUTUBRO DE 1966 ..... 1162  
Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 – 82 – 83 – 91 – 109 – 111 – 114 – 115 e 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o art. 22 do Decreto-lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, e os arts. 9 – 10 – 11 – 12 – 22 e 23 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.

### LEI Nº 4.947,

DE 6 DE ABRIL DE 1966 ..... 1170  
Fixa Normas de Direito Agrário, dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras providências.

### DECRETO Nº 59.566,

DE 14 DE NOVEMBRO DE 1966 ..... 1173  
Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.

### LEI Nº 5.709,

DE 7 DE OUTUBRO DE 1971 ..... 1179  
Regula a Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil, e dá outras providências.

### DECRETO Nº 74.965,

DE 26 DE NOVEMBRO DE 1974 ..... 1180  
Regulamenta a Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que dispõe sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil.

### LEI Nº 5.768,

DE 20 DE DEZEMBRO DE 1971 ..... 1182  
Abre a legislação sobre distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, estabelece normas de proteção à poupança popular, e dá outras providências.

### DECRETO Nº 70.951,

DE 9 DE AGOSTO DE 1972\* ..... 1186  
Regulamenta a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, e estabelece normas de proteção à poupança popular.

### LEI Nº 5.868,

DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972 ..... 1189  
Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.

### DECRETO Nº 72.106,

DE 18 DE ABRIL DE 1973 ..... 1190  
Regulamenta a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que institui o Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.

### LEI Nº 6.634,

DE 2 DE MAIO DE 1979 ..... 1194  
Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

### DECRETO Nº 85.064,

DE 26 DE AGOSTO DE 1980 ..... 1195  
Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.

### LEI Nº 8.629,

DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993 ..... 1199  
Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

### DECRETO Nº 9.311,

DE 15 DE MARÇO DE 2018 ..... 1204  
Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

### LEI Nº 9.636,

DE 15 DE MAIO DE 1998 ..... 1210  
Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

### DECRETO Nº 3.725,

DE 10 DE JANEIRO DE 2001 ..... 1222  
Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.

### LEI Nº 9.985,

DE 18 DE JULHO DE 2000 ..... 1225  
Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

### DECRETO Nº 5.746,

DE 5 DE ABRIL DE 2006 ..... 1231  
Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

### LEI Nº 11.428,

DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006 ..... 1233  
Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

### DECRETO Nº 6.660,

DE 21 DE NOVEMBRO DE 2008 ..... 1237  
Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

### LEI Nº 11.952,

DE 25 DE JUNHO DE 2009 ..... 1243  
Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

### DECRETO Nº 7.341,

DE 22 DE OUTUBRO DE 2010 ..... 1248  
Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.

### DECRETO Nº 10.592,

DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020 ..... 1250  
Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, e em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.

### LEI Nº 11.977,

DE 7 DE JULHO DE 2009 ..... 1256  
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

### DECRETO Nº 7.499,

DE 16 DE JUNHO DE 2011\* ..... 1266  
Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências.

### LEI Nº 12.651,

DE 25 DE MAIO DE 2012 ..... 1266  
Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

### DECRETO Nº 9.640,

DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 ..... 1280  
Regulamenta a Cota de Reserva Ambiental, instituída pelo art. 44 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

### LEI Nº 13.001,

DE 20 DE JUNHO DE 2014\* ..... 1284  
Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.844, de 19 de julho de 2013, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 12.806, de 7 de maio de 2013, 12.429, de 20 de junho de 2011, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 8.918, de 14 de julho de 1994, 10.696, de 2 de julho de 2003; e dá outras providências.

### DECRETO Nº 9.311,

DE 15 DE MARÇO DE 2018 ..... 1286  
Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

## DECRETOS-LEIS .....1287

### DECRETO-LEI Nº 25,

DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 ..... 1287  
Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

### DECRETO-LEI Nº 58,

DE 10 DE DEZEMBRO DE 1937 ..... 1288  
Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.

### DECRETO-LEI Nº 1.003,

DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938 ..... 1291  
Dispõe sobre o penhor agrícola, e dá outras providências.

### DECRETO-LEI Nº 3.200,

DE 19 DE ABRIL DE 1941 ..... 1291  
Dispõe sobre a organização e proteção da família.

### DECRETO-LEI Nº 3.240,

DE 8 DE MAIO DE 1941 ..... 1294  
Sujeita a sequestro os bens de pessoas indiciadas por crimes de que resulta prejuízo para a fazenda pública, e outros.

### DECRETO-LEI Nº 3.365,

DE 21 DE JUNHO DE 1941 ..... 1294  
Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

### DECRETO-LEI Nº 6.777,

DE 8 DE AGOSTO DE 1944 ..... 1298  
Dispõe sobre a sub-rogação de imóveis gravados ou inalienáveis.

<b>DECRETO-LEI Nº 9.760,</b> DE 5 DE SETEMBRO DE 1946.....	1298
<i>Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 57,</b> DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966.....	1311
<i>Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 271,</b> DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967.....	1311
<i>Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 745,</b> DE 7 DE AGOSTO DE 1969.....	1312
<i>Dispõe sobre os contratos a que se refere o art. 22 do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 1.075,</b> DE 22 DE JANEIRO DE 1970.....	1312
<i>Regula a imissão de posse, início litis, em imóveis residenciais urbanos.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 1.381,</b> DE 23 DE DEZEMBRO DE 1974.....	1313
<i>Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à empresa individual nas atividades imobiliárias, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 1.865,</b> DE 26 DE FEVEREIRO DE 1981.....	1315
<i>Dispõe sobre a ocupação provisória de imóveis para pesquisa e lavra de substâncias minerais que contenham elementos nucleares.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 1.876,</b> DE 15 DE JULHO DE 1981.....	1316
<i>Dispensa do pagamento de foros e laudêmos os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 1.958,</b> DE 9 DE SETEMBRO DE 1982.....	1316
<i>Extingue o Certificado de Regularidade de Situação – CRS e o Certificado de Quitação – CQ, reduz os casos de exigência, de prova de quitação para com a Previdência Social e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 1.976,</b> DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982.....	1317
<i>Dispõe sobre a situação, perante a Previdência Social, da construção residencial unifamiliar que indica, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 2.375,</b> DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987.....	1317
<i>Revoga o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 2.398,</b> DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987.....	1318
<i>Dispõe sobre foros, laudêmos e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETOS FEDERAIS.....</b>	
<b>DECRETO Nº 24.643,</b> DE 10 DE JULHO DE 1934.....	1321
<i>Decreta o Código de Águas.</i>	
<b>DECRETO Nº 3.079,</b> DE 15 DE SETEMBRO DE 1938.....	1331
<i>Regulamenta o Decreto-Lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.</i>	
<b>DECRETO Nº 62.504,</b> DE 8 DE ABRIL DE 1968.....	1334
<i>Regulamenta o artigo 65 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, o artigo 11 e parágrafos do Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO Nº 95.760,</b> DE 1º DE MARÇO DE 1988.....	1335
<i>Regulamenta o art. 3º do Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO Nº 95.956,</b> DE 22 DE ABRIL DE 1988.....	1336
<i>Regulamenta o art. 5º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que autoriza a União a transferir, a título gratuito, a Estados ou Territórios, terras públicas a ela pertencentes.</i>	
<b>DECRETO Nº 96.084,</b> DE 23 DE MAIO DE 1988.....	1336
<i>Regulamenta o § 1º do art. 5º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que autoriza a União a transferir, a título gratuito, a Estados ou Territórios, terras públicas a ela pertencentes, localizadas na Faixa de Fronteira.</i>	
<b>DECRETO Nº 99.672,</b> DE 6 DE NOVEMBRO DE 1990.....	1337
<i>Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Bens Imóveis de propriedade da União e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO Nº 433,</b> DE 24 DE JANEIRO DE 1992.....	1337
<i>Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.</i>	
<b>DECRETO Nº 578,</b> DE 24 DE JUNHO DE 1992.....	1338
<i>Dá nova regulamentação ao lançamento dos Títulos da Dívida Agrária.</i>	
<b>DECRETO Nº 1.775,</b> DE 8 DE JANEIRO DE 1996.....	1339
<i>Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO Nº 1.922,</b> DE 5 DE JUNHO DE 1996.....	1340
<i>Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO Nº 4.382,</b> DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.....	1341
<i>Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.</i>	
<b>DECRETO Nº 4.449,</b> DE 30 DE OUTUBRO DE 2002.....	1349
<i>Regulamenta a Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, que altera dispositivos das Leis nos. 4.947, de 6 de abril de 1966; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 6.015, de 31 de dezembro de 1973; 6.739, de 5 de dezembro de 1979; e 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO Nº 4.523,</b> DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002.....	1351
<i>Regulamenta o arrolamento de bens para interposição de recurso voluntário no processo administrativo de determinação e exigência de créditos tributários da União.</i>	
<b>DECRETO Nº 4.887,</b> DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.....	1351
<i>Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</i>	
<b>DECRETO Nº 7.830,</b> DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.....	1353
<i>Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO Nº 9.310,</b> DE 15 DE MARÇO DE 2018.....	1356
<i>Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União.</i>	
<b>DECRETO Nº 9.354,</b> DE 25 DE ABRIL DE 2018.....	1370
<i>Regulamenta o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre foros, laudêmos e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e o art. 11-B da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, a administração, o aforamento e a alienação de bens imóveis de domínio da União.</i>	
<b>DECRETO Nº 11.208,</b> DE 26 DE SETEMBRO DE 2022.....	1371
<i>Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e sobre o Cadastro Imobiliário Brasileiro e regula o compartilhamento de dados relativos a bens imóveis.</i>	
<b>DECRETO Nº 11.995,</b> DE 15 DE ABRIL DE 2024.....	1372
<i>Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária.</i>	
<b>DECRETO Nº 12.046,</b> DE 5 DE JUNHO DE 2024.....	1374
<i>Regulamenta, em âmbito federal, a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.</i>	
<b>PROVIMENTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.....</b>	
<b>PROVIMENTO Nº 33,</b> DE 3 DE JULHO DE 2013**.....	1380
<i>Dispõe sobre o registro e a averbação de descrição de área, por Oficiais de Registro de Imóveis, relativos às Glebas Públicas Federais situadas na Amazônia Legal.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 43,</b> DE 17 DE ABRIL DE 2015**.....	1380
<i>Dispõe sobre o arrendamento de imóvel rural por estrangeiro residente ou autorizado a funcionar no Brasil, bem como por pessoa jurídica brasileira da qual participe, a qualquer título, pessoas estrangeira física ou jurídica que residu ou tenha sede no exterior e possua a maioria do capital social.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 44,</b> DE 18 DE MARÇO DE 2015.....	1380
<i>Estabelece normas gerais para o registro da regularização fundiária urbana.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 65,</b> DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**.....	1383
<i>Estabelece diretrizes para o procedimento da usucapião extrajudicial nos serviços notariais e de registro de imóveis.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 70,</b> DE 12 DE JUNHO DE 2018**.....	1384
<i>Dispõe sobre abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 89,</b> DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.....	1384
<i>Regulamenta o Código Nacional de Matrículas – CNM, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – SREI, o Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado – SAEC, o acesso da Administração Pública Federal às informações do SREI e estabelece diretrizes para o estatuto do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – ONR.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 94,</b> DE 28 DE MARÇO DE 2020**.....	1387
<i>Dispõe sobre o funcionamento das unidades de registro de imóveis nas localidades onde foram decretados regime de quarentena pelo sistema de plantão presencial e à distância e regula procedimentos especiais.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 115,</b> DE 24 DE MARÇO DE 2021.....	1388
<i>Institui a receita do fundo para implementação e custeio do SREI, estabelece a forma do seu recolhimento</i>	

pelas serventias do serviço de registro de imóveis, e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 124,**  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021 ..... 1389  
Estabelece prazo para a universalização do acesso por todas as unidades do serviço de registro de imóveis do Brasil, ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), operado pelo Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis – ONR, sob regulação da Corregedoria Nacional de Justiça.

**PROVIMENTO Nº 143,**  
DE 25 DE ABRIL DE 2023 ..... 1390  
Regulamenta a estrutura, a geração e a validação do Código Nacional de Matrícula - CNM, dispõe sobre a escrituração da matrícula no registro de imóveis, e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 144,**  
DE 25 DE ABRIL DE 2023 ..... 1391  
Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, institui a Semana Nacional de Regularização Fundiária, e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 145,**  
DE 23 DE JUNHO DE 2023 ..... 1393  
Institui o Prêmio "Solo Seguro", com o objetivo de premiar iniciativas inovadoras e incentivar o aperfeiçoamento de práticas relativas à regularização fundiária urbana e rural.

**PROVIMENTO Nº 150,**  
DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 ..... 1393  
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para estabelecer regras para o processo de adjudicação compulsória pela via extrajudicial, nos termos do art. 216-B da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 158,**  
DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023 ..... 1394  
Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa Permanente de Regularização Fundiária Plena de Núcleos Urbanos Informais e Favelas - "Solo Seguro - Favela" - e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 169,**  
DE 27 DE MAIO DE 2024 ..... 1396  
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispôr sobre o registro único da incorporação e da instituição do condomínio especial sobre frações ideais.

**PROVIMENTO Nº 174,**  
DE 2 DE JULHO DE 2024 ..... 1396  
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para regulamentar o dever dos notários e registradores em comunicar as mudanças de titularidades de imóveis aos municípios.

**PROVIMENTO Nº 183,**  
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024 ..... 1396  
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispôr sobre o reconhecimento de firma de títulos procedentes de entes coletivos.

**PROVIMENTO Nº 187,**  
DE 3 DE DEZEMBRO DE 2024 ..... 1397  
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para esclarecer a dispensa de escritura pública nos contratos ou termos administrativos de desapropriação extrajudicial.

**PROVIMENTO Nº 188,**  
DE 4 DE DEZEMBRO DE 2024 ..... 1397  
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para revogar o Provimento n. 39/2014 e dispôr sobre o funcionamento da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) 2.0, destinada ao cadastramento de ordens de indisponibilidade de bens específicos ou do patrimônio indistinto, bem como das ordens para cancelamento de indisponibilidade.

**PROVIMENTO Nº 195,**  
DE 3 DE JUNHO DE 2025 ..... 1397  
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para criar o Inventário Estatístico Eletrônico do Registro de Imóveis (IERI-e) e o Sistema de Informações Geográficas do Registro de Imóveis (SIG-RI); para disciplinar procedimentos de saneamento e de retificação no Registro de Imóveis e dá outras providências.

## ORIENTAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ ..... 1399

**ORIENTAÇÃO Nº 5,**  
DE 4 DE NOVEMBRO DE 2013 ..... 1399  
Orienta sobre o procedimento de averbação de descrição georreferenciada de Gleba Pública Federal na Amazônia Legal previsto nos arts. 3º e 4º do Provimento nº 33/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça.

**ORIENTAÇÃO Nº 12,**  
DE 16 DE MAIO DE 2023 ..... 1399  
Dispõe sobre a emissão da certidão de situação jurídica de imóvel.

## RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ ..... 1400

**RECOMENDAÇÃO Nº 41,**  
DE 2 DE JULHO DE 2019 ..... 1400  
Dispõe sobre a dispensa dos Cartórios de Registro de Imóveis da anuência dos confrontantes na forma dos §§ 3º e 4º do art. 176 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n. 13.838, de 4 de junho de 2019.

## PORTARIAS ..... 1401

**PORTARIA Nº 491,**  
DE 11 DE MARÇO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ ..... 1401  
Institui o Fórum Nacional para monitoramento e resolução dos conflitos fundiários rurais e urbanos.

**PORTARIA Nº 1,**  
DE 21 DE AGOSTO DE 2012, DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA ..... 1401  
Dispõe sobre o procedimento para regularização fundiária de ocupações incidentes em terras públicas federais, situadas em áreas urbanas na Amazônia Legal, previstas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e dá outras providências.

**PORTARIA Nº 327,**  
DE 11 DE SETEMBRO DE 2015, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA... 1404  
Dispõe sobre o procedimento de reversão de imóveis rurais na Amazônia Legal à União.

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 01,**  
DE 3 DE MAIO DE 2016, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ E MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA ..... 1405  
Regulamenta o procedimento de transferência onerosa de imóveis rurais perdidos em favor do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, para o Programa Nacional de Reforma Agrária e para a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 1,**  
DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017, DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – AGU E DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU ..... 1405  
Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Consultoria-Geral da União e pelas Superintendências do Patrimônio da União nos Estados e no Distrito Federal na representação da União relativamente à usucapião extrajudicial de bens imóveis, e dá outras providências.

**PORTARIA Nº 72,**  
DE 19 DE JANEIRO DE 2021, DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA ..... 1406  
Autorização ao SERPRO para fornecimento de serviços automatizados de consulta aos dados do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR) por meio de serviço de API – Application Programming Interface.

**PORTARIA Nº 131,**  
DE 14 DE OUTUBRO DE 2021, DO MINISTÉRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - MINFRA\*.. 1406  
Dispõe sobre os processos administrativos de requerimento para exploração de ferrovias ou pátios ferroviários mediante outorga por autorização, conforme a Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 2.948,**  
DE 2 DE MAIO DE 2024, DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS - MGI E DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU ..... 1407  
Institui o Módulo de Gestão de Atos e Contratos de Destinação de Imóveis.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 01,**  
DE 3 DE JANEIRO DE 2025, DO MINISTÉRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR - MDA E MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF ..... 1408  
Regulamenta o procedimento de compensação de obrigações de empresas estatais e sociedades de economia mista perante a União na aquisição de imóveis rurais, conforme o art. 33 do Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024.

## INSTRUÇÕES NORMATIVAS ..... 1410

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 77,**  
DE 23 DE AGOSTO DE 2013, DO INCRA ..... 1410  
Regulamenta o procedimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóveis rurais a que se refere o § 5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 82,**  
DE 27 DE MARÇO DE 2015, DO INCRA ..... 1411  
Dispõe sobre os procedimentos para atualização cadastral no Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 83,**  
DE 30 DE JULHO DE 2015, DO INCRA ..... 1413  
Estabelece as diretrizes básicas para as ações de obtenção de imóveis rurais para fins de assentamento de trabalhadores rurais e dá outras providências.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05,**  
DE 19 DE MAIO DE 2016, DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ..... 1418  
Estabelece os procedimentos para a Compensação de Reserva Legal, em imóveis localizados no interior de Unidades de Conservação Federais de domínio público, visando à regularização da sua situação fundiária, conforme Processo Administrativo nº 02070.000195/2014-01.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 88,**  
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017, DO INCRA... 1421  
Dispõe sobre a aquisição e o arrendamento de imóvel rural por pessoa natural estrangeira residente no País, pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil e pessoa jurídica brasileira equiparada à estrangeira e dá outras providências.

\*. Excerto.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 91,**  
DE 3 DE OUTUBRO DE 2018, DO INCRA..... 1427  
Dispõe sobre o procedimento para venda direta dos imóveis residenciais de propriedade do INCRA no âmbito da Amazônia Legal, nos termos do art. 38, da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e dá outras providências.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 208,**  
DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019, CONJUNTA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA/SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO ..... 1428  
Disciplina a atividade de Demolição de imóveis da União.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.968,**  
DE 22 DE JULHO DE 2020,  
CONJUNTA DA RFB E INCRA..... 1430  
Estabelece prazos e procedimentos para atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e do Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir) que visa propiciar a integração entre esses sistemas cadastrais com a finalidade de estruturação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 104,**  
DE 29 DE JANEIRO DE 2021, DO INCRA ..... 1431  
Fixa os procedimentos para regularização fundiária das ocupações incidentes em áreas rurais, de que trata a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 107,**  
DE 18 OUTUBRO DE 2021, DO INCRA ..... 1436  
Define critérios e procedimentos administrativos para destinação de bens públicos imóveis, existentes em Projetos de Assentamento de reforma agrária, sob o domínio do Incra ou da União.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 112,**  
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021, DO INCRA... 1438  
Dispõe sobre procedimentos para anuência do uso de áreas em projetos de assentamento do Incra, por ati-

vidades ou empreendimentos minerários, de energia e de infraestrutura.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 124,**  
DE 26 DE JULHO DE 2022, DO INCRA ..... 1442  
Estabelece os procedimentos para análise do cumprimento e liberação das cláusulas e condições resolútivas de instrumentos de titulação decorrentes de regularização fundiária, incidentes em áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e da União sob gestão do Incra.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 126,**  
DE 28 DE JULHO DE 2022, DO INCRA ..... 1446  
Dispõe sobre os procedimentos necessários à regularização fundiária de ocupações incidentes em terras públicas federais, situadas em áreas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica do Incra, dentro e fora da Amazônia Legal, e da União, administradas pelo Incra, na Amazônia Legal, previstas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 2009, e dá outras providências.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 128,**  
DE 30 DE AGOSTO DE 2022, DO INCRA ..... 1448  
Define critérios e procedimentos administrativos e técnicos para a edição da Portaria de Reconhecimento e de decreto declaratório de interesse social, avaliação de imóveis incidentes em terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, e celebração de acordos administrativos ou judiciais.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30,**  
DE 9 DE AGOSTO DE 2023, DA FUNAI..... 1451  
Estabelece as regras para emissão de Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a terras indígenas e imóveis confrontantes e declara a nulidade da Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 142,**  
DE 28 DE MAIO DE 2024, DO INCRA..... 1452  
Dispõe sobre os procedimentos necessários à regularização fundiária de áreas urbanas consolidadas, de expansão urbana e de urbanização específica, inci-

dentos em terras públicas federais do Incra, qualquer que seja sua localização, e da União, administradas pelo Incra na Amazônia Legal previstas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 2009, e dá outras providências.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2.203,**  
DE 17 DE JULHO DE 2024, DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB..... 1455  
Dispõe sobre o Cadastro de Imóveis Rurais - Cafir.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 146,**  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024, DO INCRA.. 1459  
Estabelece procedimentos para instrução da fase administrativa da desapropriação por interesse social para promover a justa distribuição da terra, com fundamento no art. 5º, XXIV da Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1992 e Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024, e parâmetros para realização de acordo extrajudicial.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 147,**  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024, DO INCRA. 1461  
Estabelece procedimentos a serem adotados pelo INCRA para compra e venda de imóveis rurais, na forma do Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, com alterações promovidas pelos Decretos nº 2.614 de 1998 e 2.680 de 1998, e Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024 e define as alçadas de decisão e outras providências.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 34,**  
DE 30 DE ABRIL DE 2025, DA FUNAI ..... 1464  
Estabelece os procedimentos para a constituição de Reserva Indígena por meio da destinação de Terras Públicas e áreas desafetadas, pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai.

**NOTA TÉCNICA** .....1465

**NOTA TÉCNICA INCRA Nº 3.448,**  
DE 25 DE OUTUBRO DE 2021 ..... 1465  
Dispõe sobre os procedimentos para a submissão de parcelas no Sistema de Gestão Fundiária para situações de Usucapião Judicial e Extrajudicial.

## 2.4. TABELIONATO DE NOTAS

**CÓDIGO BRASILEIRO DE ÉTICA E DISCIPLINA NOTARIAL** .....1469

**LEIS FEDERAIS** .....1471

**LEI Nº 6.858,**  
DE 24 DE NOVEMBRO DE 1980 ..... 1471  
Dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.

**LEI Nº 9.434,**  
DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 ..... 1471  
Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências

**LEI Nº 11.441,**  
DE 4 DE JANEIRO DE 2007..... 1473  
Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa.

**LEI Nº 12.440,**  
DE 7 DE JULHO DE 2011 ..... 1474  
Acrescenta Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**LEI Nº 13.726,**  
DE 8 DE OUTUBRO DE 2018..... 1474  
Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

**LEI Nº 14.133,**  
DE 1º DE ABRIL DE 2021\*..... 1475  
Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**LEIS FEDERAIS AGRUPADAS COM SEUS DECRETOS REGULAMENTADORES** .....1476

**LEI Nº 7.433,**  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985..... 1476  
Dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências.

**DECRETO Nº 93.240,**  
DE 9 DE SETEMBRO DE 1986..... 1476  
Regulamenta a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que “dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas, e dá outras providências”.

**LEI Nº 13.460,**  
DE 26 DE JUNHO DE 2017 ..... 1477  
Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

**DECRETO Nº 9.094,**  
DE 17 DE JULHO DE 2017 ..... 1479  
Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019)

**DECRETO FEDERAL** .....1483

**DECRETO Nº 8.058,**  
DE 26 DE JULHO DE 2013\* ..... 1483  
Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas anti-dumping; e altera o Anexo II ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, que aprova a Estrutura Regime e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

**RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ**.....1484

**RESOLUÇÃO Nº 35,**  
DE 24 DE ABRIL DE 2007,  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA .... 1484  
Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

**RESOLUÇÃO Nº 131,**  
DE 26 DE MAIO DE 2011,  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA .... 1487  
Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, e revoga a Resolução nº 74/2009 do CNJ.

**RESOLUÇÃO Nº 295,**  
DE 13 DE SETEMBRO DE 2019,  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA .... 1488  
Dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes.

\*. Excerto.

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO** .....1493

**RESOLUÇÃO Nº 301,**  
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024, DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO..... 1493  
*Disciplina a atuação do Ministério Público em procedimentos oriundos de serventias extrajudiciais prestadoras de serviços notariais ou de registros públicos.*

**RESOLUÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)** .....1494

**RESOLUÇÃO Nº 1.995,**  
DE 9 DE AGOSTO DE 2012, DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) ..... 1494  
*Dispõe sobre as diretrizes antecipadas de vontade dos pacientes.*

**RESOLUÇÃO Nº 2.232,**  
DE 17 DE JULHO DE 2019, DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) ..... 1494  
*Estabelece normas éticas para a recusa terapêutica por pacientes e objeção de consciência na relação médico-paciente.*

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO** .....1496

**RESOLUÇÃO Nº 809,**  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020..... 1496  
*Dispõe sobre os requisitos para emissão do Certificado de Registro de Veículo (CRV), do Certificado de Licenciamento Anual (CLA) e do comprovante de transferência de propriedade em meio digital.*

**PROVIMENTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ**.....1498

**PROVIMENTO Nº 18,**  
DE 28 DE AGOSTO DE 2012\*\* ..... 1498  
*Dispõe sobre a instituição e funcionamento da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC.*

**PROVIMENTO Nº 56,**  
DE 14 DE JULHO DE 2016 ..... 1498  
*Dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta ao Registro Central de Testamentos On-Line (RCTO) para processar os inventários e partilhas judiciais e lavrar escrituras públicas de inventários extrajudiciais.*

**PROVIMENTO Nº 100,**  
DE 26 DE MAIO DE 2020\*\* ..... 1498  
*Dispõe sobre a prática de atos notariais eletrônicos utilizando o sistema e-Notariado, cria a Matrícula Notarial Eletrônica-MNE e dá outras providências.*

**PROVIMENTO Nº 103,**  
DE 4 DE JUNHO DE 2020 ..... 1499  
*Dispõe sobre a Autorização Eletrônica de Viagem nacional e internacional de crianças e adolescentes até 16 (dezesseis) anos desacompanhados de ambos ou um de seus pais e dá outras providências.*

**PROVIMENTO Nº 164,**  
DE 27 DE MARÇO DE 2024 ..... 1500  
*Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano - AEDO.*

**PROVIMENTO Nº 172,**  
DE 5 DE JUNHO DE 2024 ..... 1505  
*Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a forma para contratação da garantia de alienação fiduciária de bens imóveis.*

**PROVIMENTO Nº 175,**  
DE 15 DE JULHO DE 2024 ..... 1505  
*Altera o art. 440-AO do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para esclarecer o alcance dos sujeitos envolvidos em operações de securitização de recebíveis imobiliários na permissão de lavratura de instrumento particular na formalização dos*

*negócios translativos de créditos reais, e dá outras providências*

**PROVIMENTO Nº 194,**  
DE 26 DE MAIO DE 2025 ..... 1505  
*Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dar nova redação ao art. 273 a fim de permitir o acesso às informações constantes na Central de Escrituras e Procurações (CEP) por qualquer interessado, nos termos em que especifica.*

**PROVIMENTO Nº 197,**  
DE 13 DE JUNHO DE 2025 ..... 1506  
*Regulamenta o § 1º do art. 7º-A da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o serviço de conta notarial vinculada, estabelece procedimentos para o depósito, administração e movimentação condicionada de valores por tabeliões de notas, e dá outras providências.*

**PROVIMENTO Nº 200,**  
DE 25 DE JUNHO DE 2025 ..... 1507  
*Acrescenta o § 6º ao art. 292 do Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para assegurar a liberdade de escolha do tabelião de notas na emissão de certificado digital notariado, nos termos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.*

**RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ** ..... 1508

**RECOMENDAÇÃO Nº 3,**  
DE 15 DE MARÇO DE 2012 ..... 1508  
*Dispõe sobre cientificação prévia das partes, nos atos notariais que especifica, quanto à possibilidade de obterem Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.*

**RECOMENDAÇÃO Nº 22,**  
DE 6 DE JUNHO DE 2016 ..... 1508  
*Recomenda aos Tabelionatos de Notas que procedam a realização de inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável, quando houver filhos ou herdeiros emancipados.*

**2.5. TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E OUTROS DOCUMENTOS DE DÍVIDA****LEIS FEDERAIS** .....1511

**LEI Nº 4.728,**  
DE 14 DE JULHO DE 1965 ..... 1511  
*Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.*

**LEI Nº 5.474,**  
DE 18 DE JULHO DE 1968 ..... 1519  
*Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.024,**  
DE 13 DE MARÇO DE 1974 ..... 1521  
*Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.830,**  
DE 22 DE SETEMBRO DE 1980 ..... 1526  
*Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.*

**LEI Nº 7.357,**  
DE 2 DE SETEMBRO DE 1985 ..... 1529  
*Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.*

**LEI Nº 9.430,**  
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996\* ..... 1533  
*Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.*

**LEI Nº 9.492,**  
DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 ..... 1534  
*Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.*

**LEI Nº 11.101,**  
DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 ..... 1539  
*Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.*

**LEI Nº 12.810,**  
DE 15 DE MAIO DE 2013 ..... 1567  
*Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976,*

*6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012.*

**LEI Nº 13.775,**  
DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018 ..... 1571  
*Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências.*

**LEI Nº 14.206,**  
DE 27 DE SETEMBRO DE 2021\* ..... 1572  
*Institui o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e); e altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.*

**LEI Nº 14.286,**  
DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021\* ..... 1574  
*Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil; altera as Leis nos 4.131, de 3 de setembro de 1962, 4.728, de 14 de julho de 1965, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.371, de 28 de novembro de 2006, e o De-*

\* Excerto.

\*\* Incorporado pelo CNN.

creto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933; e revoga as Leis nºs 156, de 27 de novembro de 1947, 1.383, de 13 de junho de 1951, 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 4.390, de 29 de agosto de 1964, 5.331, de 11 de outubro de 1967, 9.813, de 23 de agosto de 1999, e 13.017, de 21 de julho de 2014, os Decretos-Leis nºs 1.201, de 8 de abril de 1939, 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, 9.602, de 16 de agosto de 1946, 9.863, de 13 de setembro de 1946, e 857, de 11 de setembro de 1969, a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, e dispositivos das Leis nºs 4.182, de 13 de novembro de 1920, 3.244, de 14 de agosto de 1957, 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 5.409, de 9 de abril de 1968, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 7.738, de 9 de março de 1989, 8.021, de 12 de abril de 1990, 8.880, de 27 de maio de 1994, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.529, de 10 de dezembro de 1997, 11.803, de 5 de novembro de 2008, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 13.292, de 31 de maio de 2016, e 13.506, de 13 de novembro de 2017, e dos Decretos-Leis nºs 2.440, de 23 de julho de 1940, 1.060, de 21 de outubro de 1969, 1.986, de 28 de dezembro de 1982, e 2.285, de 23 de julho de 1986.

#### DECRETOS-LEI.....1576

**DECRETO-LEI Nº 2.848,**  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940\* ..... 1576  
Código Penal

**DECRETO-LEI Nº 5.452,**  
DE 1º DE MAIO DE 1943\* ..... 1576  
Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

#### DECRETOS FEDERAIS.....1577

**DECRETO Nº 1.102,**  
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1903 ..... 1577  
Institui regras para o estabelecimento de empresas de armazéns gerais, determinando os direitos e obrigações dessas empresas.

**DECRETO Nº 2.044,**  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908..... 1581  
Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as Operações Cambiais.

**DECRETO Nº 57.663,**  
DE 24 DE JANEIRO DE 1966 ..... 1585  
Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.

**DECRETO Nº 1.240,**  
DE 15 DE SETEMBRO DE 1994..... 1594  
Promulga a Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Cheques, adotada em Montevideu, em 8 de maio de 1979.

#### RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.....1596

**RESOLUÇÃO Nº 547,**  
DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024..... 1596  
Institui medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário, a partir do julgamento do tema 1184 da repercussão geral pelo STF.

**RESOLUÇÃO Nº 558,**  
DE 6 DE MAIO DE 2024 ..... 1596  
Estabelece diretrizes para a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

#### PROVIMENTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ..... 1601

**PROVIMENTO Nº 30,**  
DE 19 DE ABRIL DE 2013\*\* ..... 1601  
Disciplina a recepção e protesto de cheques, nas hipóteses que relaciona, visando coibir fraudes que possam acarretar prejuízos aos devedores ou a terceiros.

**PROVIMENTO Nº 86,**  
DE 29 DE AGOSTO DE 2019\*\* ..... 1601  
Dispõe sobre a possibilidade de pagamento postergado de emolumentos, acréscimos legais e demais despesas, devidos pela apresentação de títulos ou outros documentos de dívida para protesto e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 87,**  
DE 11 DE SETEMBRO DE 2019\*\* ..... 1601  
Dispõe sobre as normas gerais de procedimentos para o protesto extrajudicial de títulos e outros documentos de dívida, regulamenta a implantação da Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto de Títulos – CENPROT e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 97,**  
DE 27 DE ABRIL DE 2020\*\* ..... 1602  
Regula os procedimentos de intimação nos tabeliões de protesto de títulos visando a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19 como medida preventiva de saúde pública nas referidas serventias extrajudiciais.

**PROVIMENTO Nº 167,**  
DE 21 DE MAIO DE 2024 ..... 1602  
Altera o Código de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial, para fins de atualização e uniformização nacional acerca das regras e procedimentos do protesto comum, falimentar e de sentença condenatória.

**PROVIMENTO Nº 168,**  
DE 27 DE MAIO DE 2024 ..... 1602  
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a proposta de solução negocial prévia ao protesto, sobre a proposta de renegociação de dívida já protestada e para dar outras providências.

**PROVIMENTO Nº 186,**  
DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024..... 1603  
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para adequar a redação do § 5º do seu art. 356 ao teor do § 3º do art. 14 da Lei n. 9.492/1997, incluído pela Lei n. 14.711/2023 (Marco Legal de Garantias).

#### RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ... 1604

**RECOMENDAÇÃO Nº 99,**  
DE 13 DE JUNHO DE 2023 ..... 1604  
Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a adoção de medidas extrajudiciais e judiciais para a cobrança da pena de multa prevista na alínea "c" do inciso XLVI do art. 5º da Constituição Federal e no art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.

#### RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA – COFECON ..... 1605

**RESOLUÇÃO Nº 1.924,**  
DE 30 DE JANEIRO DE 2015 ..... 1605  
Inclui dispositivos no Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecon, aprovado pela Resolução nº 1.853/2011, para contemplar a possibilidade de protesto das Certidões de Dívida Ativa – CDAs nos termos da Lei nº 9.492, de 10/09/1997.

#### RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL ..... 1606

**RESOLUÇÃO Nº 2,**  
DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015\* ..... 1606  
Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

#### RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN..... 1607

**RESOLUÇÃO Nº 498,**  
DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015 ..... 1607  
Aprova a possibilidade de realização de protesto de certidões de dívida ativas, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais.

#### RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN ..... 1608

**RESOLUÇÃO Nº 314,**  
DE 26 DE ABRIL DE 2023 ..... 1608  
Dispõe sobre a execução dos serviços de compensação de cheques apresentados à Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe) e sobre questões operacionais relacionadas ao cheque.

#### PORTARIAS ..... 1614

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1,**  
DE 23 DE AGOSTO DE 2013,  
DA AGU/BACEN ..... 1614  
Dispõe sobre o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa do Banco Central do Brasil.

**PORTARIA Nº 429,**  
DE 4 DE JUNHO DE 2014, DA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN . 1614  
Disciplina a utilização do protesto extrajudicial por falta de pagamento de certidões de dívida ativa da União ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS de responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

## 2.6. TABELIONATO E OFÍCIO DE REGISTROS DE CONTRATOS MARÍTIMOS

#### LEI FEDERAL.....1617

**LEI Nº 7.652,**  
DE 3 DE FEVEREIRO DE 1988 ..... 1617  
Dispõe sobre o registro da Propriedade Marítima e dá outras providências.

#### DECRETO ..... 1620

**DECRETO Nº 5.372-B,**  
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1927..... 1620  
Cria os ofícios privativos de notas e registro de contratos marítimos e dá outras providências

\*. Excerto.

\*\* Incorporado pelo CNN.

### 3. LEGISLAÇÃO SOBRE CÉDULAS, LETRAS E NOTAS

#### LEIS FEDERAIS .....1623

**LEI Nº 492,**  
DE 30 DE AGOSTO DE 1937 ..... 1623  
*Regula o penhor rural e a cédula pignoratícia*

**LEI Nº 6.313,**  
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1975..... 1625  
*Dispõe sobre títulos de crédito à exportação e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.840,**  
DE 3 DE NOVEMBRO DE 1980 ..... 1626  
*Dispõe sobre títulos de crédito comercial e dá outras providências.*

**LEI Nº 7.684,**  
DE 2 DE DEZEMBRO DE 1988..... 1626  
*Estabelece as condições para emissão de Letras Hipotecárias.*

**LEI Nº 9.138,**  
DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995..... 1626  
*Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.*

**LEI Nº 10.931,**  
DE 2 DE AGOSTO DE 2004..... 1628  
*Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.*

**LEI Nº 11.076,**  
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004..... 1635  
*Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.*

*ciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.*

**LEI Nº 11.775,**  
DE 17 DE SETEMBRO DE 2008..... 1640  
*Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.*

**LEI Nº 11.882,**  
DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008..... 1655  
*Dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências.*

**LEI Nº 13.986,**  
DE 7 DE ABRIL DE 2020 ..... 1656  
*Institui o Fundo Garantidor Solidário (FGS); dispõe sobre o patrimônio rural em afetação, a Cédula Imobiliária Rural (CIR), a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas; altera as Leis nºs 8.427, de 27 de maio de 1992, 8.929, de 22 de agosto de 1994, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 5.709, de 7 de outubro de 1971, 6.634, de 2 de maio de 1979, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.169, de 29 de dezembro de 2000, 11.116, de 18 de maio de 2005, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967; revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, e 13.476, de 28 de agosto de 2017, e dos Decretos-Leis nºs 13, de 18 de julho de 1966; 14, de 29 de julho de 1966; e 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.*

**LEI Nº 14.937,**  
DE 26 DE JULHO DE 2024\* ..... 1661  
*Institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD); altera as Leis nºs 13.483, de 21 de setembro de 2017, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.366, de 8 de junho de 2022, e 14.440, de 2 de setembro de 2022.*

#### LEIS FEDERAIS AGRUPADAS COM SEUS DECRETOS REGULAMENTADORES .....1663

**LEI Nº 4.829,**  
DE 5 DE NOVEMBRO DE 1965 ..... 1663  
*Institucionaliza o crédito rural.*

**DECRETO Nº 58.380,**  
DE 10 DE MAIO DE 1966..... 1665  
*Aprova o Regulamento da Lei que Institucionaliza o Crédito Rural.*

**LEI Nº 8.929,**  
DE 22 DE AGOSTO DE 1994 ..... 1669  
*Institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 10.828,**  
DE 1º DE OUTUBRO DE 2021 ..... 1673  
*Regulamenta a emissão de Cédula de Produto Rural, relacionada às atividades de conservação e recuperação de florestas nativas e de seus biomas, de que trata o inciso II do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994.*

#### DECRETOS-LEIS .....1674

**DECRETO-LEI Nº 70,**  
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966..... 1674  
*Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências.*

**DECRETO-LEI Nº 167,**  
DE 14 DE FEVEREIRO DE 1967..... 1676  
*Dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências.*

**DECRETO-LEI Nº 413,**  
DE 9 DE JANEIRO DE 1969..... 1681  
*Dispõe sobre títulos de crédito industrial e dá outras providências.*

### 4. SÚMULAS E ENUNCIADOS RELACIONADOS

#### SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF .....1687

#### SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ .....1689

#### ENUNCIADOS DA I JORNADA DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF .....1693

I JORNADA DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF ..... 1693

#### ENUNCIADOS DAS JORNADAS DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF .....1696

I JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF... 1696

III JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF... 1701

IV JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF... 1705

V JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF... 1708

VI JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF... 1712

VII JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF... 1714

VIII JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF... 1715

IX JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF... 1716

#### ENUNCIADOS DA JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF .....1718

I JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF... 1718

II JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF... 1719

III JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF... 1720

#### ENUNCIADOS DA JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF .....1722

I JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF... 1722

II JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF... 1722

III JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF... 1722

#### ENUNCIADOS DA JORNADA “PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS” DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF .....1724

I JORNADA “PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS” ..... 1724

II JORNADA “PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS” ..... 1727

**ENUNCIADOS DA JORNADA DE DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL – CJF** .....1732

I JORNADA DE DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL ..... 1732

**ENUNCIADOS DO COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL – CNB** .....1733

XIX CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – MAIO/2014 ..... 1733

XX CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – OUTUBRO/2015 ..... 1733

XXI CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – OUTUBRO/2016 ..... 1733

XXII CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – JUNHO/2017 ..... 1733

XXIV CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – AGOSTO/2019 ..... 1733

**ENUNCIADOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM)** .....1735

X CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) ..... 1735

XI CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) ..... 1735

XII CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) ..... 1735

XIII CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) ..... 1736

XIV CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) ..... 1736

**RECOMENDAÇÕES PARA AS CÂMARAS NACIONAIS E OS CONSELHOS NACIONAIS DOS NOTARIADOS MEMBROS DA UNIÃO INTERNACIONAL DO NOTARIADO – UINL – OUTUBRO/2016** .....1737

TEMA 1: O NOTÁRIO COMO TERCEIRO DE CONFIANÇA ..... 1737

*Recomendações para as câmaras nacionais e os conselhos nacionais dos notariados membros da UINL.*

TEMA 2: A ESCRITURA PÚBLICA E A DIGITALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS: DIREITOS TÉCNICOS E JURÍDICOS..... 1738

**CONCLUSÕES INTERNACIONAIS DO 30º CONGRESSO MUNDIAL DA UNIÃO INTERNACIONAL DO NOTARIADO (UINL)** .....1739

TEMA 1: O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA NOTARIAL EM ÂMBITO VIRTUAL ..... 1739

TEMA 2: O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA NOTARIAL VINCULADO À RECUPERAÇÃO DAS ECONOMIAS NACIONAIS NA ÉPOCA PÓS-PANDEMIA ..... 1739

**ORIENTAÇÕES SOBRE PRÁTICAS NOTARIAIS E DE REGISTRO DA ESCOLA NACIONAL DE DIREITO NOTARIAL E DE REGISTROS – ENNOR** ..... 1740

ORIENTAÇÃO SOBRE NOTAS ..... 1740

ORIENTAÇÃO SOBRE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS ..... 1740

ORIENTAÇÃO SOBRE REGISTRO DE IMÓVEIS ..... 1740

# ÍNDICE CRONOLÓGICO

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** ..... 42

**ATO DAS DISPOSIÇÕES  
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS** ..... 106

**CÓDIGO DE ÉTICA DA ANOREG-BR** ..... 127

## MEDIDAS PROVISÓRIAS

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.200-2,**  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001 ..... 131  
*Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.*

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.220,**  
DE 4 DE SETEMBRO DE 2001 ..... 997  
*Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.*

## LEIS COMPLEMENTARES

**LEI COMPLEMENTAR Nº 76,**  
DE 6 DE JULHO DE 1993 ..... 998  
*Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.*

**LEI COMPLEMENTAR Nº 93,**  
DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998 ..... 999  
*Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências.*

**LEI COMPLEMENTAR Nº 109,**  
DE 29 DE MAIO DE 2001\* ..... 1000  
*Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.*

**LEI COMPLEMENTAR Nº 123,**  
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 ..... 887  
*Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.*

## LEIS FEDERAIS

**LEI Nº 3.071,**  
DE 1º DE JANEIRO DE 1916 ..... 334  
*Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.*

**LEI Nº 492,**  
DE 30 DE AGOSTO DE 1937 ..... 1623  
*Regula o penhor rural e a cédula pignoratícia*

**LEI Nº 765,**  
DE 14 DE JULHO DE 1949 ..... 749  
*Dispõe sobre o registro civil de nascimento.*

**LEI Nº 2.185,**  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 1954 ..... 1001  
*Modifica a data de início da contagem do prazo para apresentação dos documentos e pedidos de regularização de posses de terrenos pertencentes ao domínio da União.*

**LEI Nº 2.375,**  
DE 21 DE DEZEMBRO DE 1954 ..... 749

*Dispõe sobre a inscrição no Registro Público da emancipação por outorga do pai ou da mãe.*

**LEI Nº 2.666,**  
DE 6 DE DEZEMBRO DE 1955 ..... 1001  
*Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas.*

**LEI Nº 3.764,**  
DE 25 DE ABRIL DE 1960 ..... 749  
*Estabelece rito sumaríssimo para retificações no registro civil.*

**LEI Nº 4.132,**  
DE 10 DE SETEMBRO DE 1962 ..... 1001  
*Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.*

**LEI Nº 4.331,**  
DE 1º DE JUNHO DE 1964 ..... 1002  
*Dispõe sobre a aquisição, por Governos estrangeiros, no Distrito Federal, de imóveis necessários à residência dos agentes diplomáticos das respectivas Missões Diplomáticas*

**LEI Nº 4.380,**  
DE 21 DE AGOSTO DE 1964 ..... 1002  
*Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.*

**LEI Nº 4.504,**  
DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964 ..... 1147  
*Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.*

**LEI Nº 4.519,**  
DE 2 DE DEZEMBRO DE 1964 ..... 1009  
*Dispõe sobre a liquidação por acordo das desapropriações efetuadas no Nordeste e dá outras providências.*

**LEI Nº 4.591,**  
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964 ..... 1010  
*Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.*

**LEI Nº 4.728,**  
DE 14 DE JULHO DE 1965 ..... 1511  
*Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.*

**LEI Nº 4.829,**  
DE 5 DE NOVEMBRO DE 1965 ..... 1663  
*Institucionaliza o crédito rural.*

**LEI Nº 4.864,**  
DE 29 DE NOVEMBRO DE 1965 ..... 1023  
*Cria Medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil.*

**LEI Nº 4.947,**  
DE 6 DE ABRIL DE 1966 ..... 1170  
*Fixa Normas de Direito Agrário, dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras providências.*

**LEI Nº 5.172,**  
DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 ..... 133  
*Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.*

**LEI Nº 5.433,**  
DE 8 DE MAIO DE 1968 ..... 507  
*Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.*

**LEI Nº 5.474,**  
DE 18 DE JULHO DE 1968 ..... 1519  
*Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.*

**LEI Nº 5.709,**  
DE 7 DE OUTUBRO DE 1971 ..... 1179  
*Regula a Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil, e dá outras providências.*

**LEI Nº 5.741,**  
DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971 ..... 1026  
*Dispõe sobre a proteção do financiamento de bens imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.*

**LEI Nº 5.764,**  
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971 ..... 917  
*Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.*

**LEI Nº 5.768,**  
DE 20 DE DEZEMBRO DE 1971 ..... 1182  
*Abre a legislação sobre distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, estabelece normas de proteção à poupança popular, e dá outras providências.*

**LEI Nº 5.868,**  
DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972 ..... 1189  
*Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.*

**LEI Nº 5.891,**  
DE 12 DE JUNHO DE 1973 ..... 749  
*Altera normas sobre exame médico na habilitação de casamento entre colaterais de terceiro grau.*

**LEI Nº 5.972,**  
DE 11 DE DEZEMBRO DE 1973 ..... 1026  
*Regula o procedimento para o registro da propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União.*

**LEI Nº 6.001,**  
DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 ..... 749  
*Dispõe sobre o Estatuto do Índio.*

**LEI Nº 6.015,**  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973 ..... 147  
*Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.024,**  
DE 13 DE MARÇO DE 1974 ..... 1521  
*Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.099,**  
DE 12 DE SETEMBRO DE 1974 ..... 925  
*Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.313,**  
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1975 ..... 1625  
*Dispõe sobre títulos de crédito à exportação e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.383,**  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976 ..... 1027  
*Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.404,**  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976\* ..... 1029  
*Dispõe sobre as Sociedades por Ações.*

**LEI Nº 6.515,**  
DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977 ..... 753  
*Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.530,**  
DE 12 DE MAIO DE 1978 ..... 1035  
*Dá nova regulamentação à profissão de Corretor de Imóveis, disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.634,**  
DE 2 DE MAIO DE 1979 ..... 1194  
*Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.683,**  
DE 28 DE AGOSTO DE 1979 ..... 755  
*Concede anistia e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.739,**  
DE 5 DE DEZEMBRO DE 1979 ..... 1037  
*Dispõe sobre a Matrícula e o Registro de Imóveis Rurais, e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.766,**  
DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 ..... 1038  
*Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.830,**  
DE 22 DE SETEMBRO DE 1980 ..... 1526  
*Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.840,**  
DE 3 DE NOVEMBRO DE 1980 ..... 1626  
*Dispõe sobre títulos de crédito comercial e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.855,**  
DE 18 DE NOVEMBRO DE 1980\* ..... 1046  
*Cria a Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.858,**  
DE 24 DE NOVEMBRO DE 1980 ..... 1471  
*Dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.*

**LEI Nº 6.938,**  
DE 31 DE AGOSTO DE 1981 ..... 1046  
*Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.969,**  
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981 ..... 1050  
*Dispõe sobre a Aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.*

**LEI Nº 6.987,**  
DE 13 DE ABRIL DE 1982 ..... 1051  
*Dispõe sobre a alienação de imóveis de propriedade da União e das entidades da Administração Federal Indireta, e dá outras providências.*

**LEI Nº 7.116,**  
DE 29 DE AGOSTO DE 1983 ..... 794  
*Assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências.*

**LEI Nº 7.357,**  
DE 2 DE SETEMBRO DE 1985 ..... 1529  
*Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.*

**LEI Nº 7.433,**  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985 ..... 1476  
*Dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências.*

**LEI Nº 7.652,**  
DE 3 DE FEVEREIRO DE 1988 ..... 1617  
*Dispõe sobre o registro da Propriedade Marítima e dá outras providências.*

**LEI Nº 7.684,**  
DE 2 DE DEZEMBRO DE 1988 ..... 1626  
*Estabelece as condições para emissão de Letras Hipotecárias.*

**LEI Nº 7.711,**  
DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988 ..... 187  
*Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.004,**  
DE 14 DE MARÇO DE 1990 ..... 1051  
*Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.009,**  
DE 29 DE MARÇO DE 1990 ..... 1053  
*Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.*

**LEI Nº 8.025,**  
DE 12 DE ABRIL DE 1990 ..... 1054  
*Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal, e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.069,**  
DE 13 DE JULHO DE 1990 ..... 756  
*Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.159,**  
DE 8 DE JANEIRO DE 1991 ..... 187  
*Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.212,**  
DE 24 DE JULHO DE 1991\* ..... 508  
*Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.245,**  
DE 18 DE OUTUBRO DE 1991 ..... 1055  
*Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.*

**LEI Nº 8.397,**  
DE 6 DE JANEIRO DE 1992 ..... 1062  
*Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.501,**  
DE 30 DE NOVEMBRO DE 1992 ..... 785  
*Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.522,**  
DE 11 DE DEZEMBRO DE 1992 ..... 188  
*Extingue taxas, emolumentos, contribuições, parcela da União das Custas e Emolumentos da Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.560,**  
DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992 ..... 785  
*Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.629,**  
DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993 ..... 1199  
*Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.*

**LEI Nº 8.668,**  
DE 25 DE JUNHO DE 1993 ..... 1063  
*Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas*

*Agroindustriais (Fiagro); e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.130, de 2021)*

**LEI Nº 8.692,**  
DE 28 DE JULHO DE 1993 ..... 1066  
*Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.847,**  
DE 28 DE JANEIRO DE 1994 ..... 1068  
*Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.906,**  
DE 4 DE JULHO DE 1994\* ..... 926  
*Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).*

**LEI Nº 8.929,**  
DE 22 DE AGOSTO DE 1994 ..... 1669  
*Institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.934,**  
DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 ..... 945  
*Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.*

**LEI Nº 8.935,**  
DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 ..... 189  
*Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.*

**LEI Nº 8.971,**  
DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994 ..... 786  
*Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.*

**LEI Nº 9.096,**  
DE 19 DE SETEMBRO DE 1995 ..... 926  
*Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.*

**LEI Nº 9.138,**  
DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995 ..... 1626  
*Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.*

**LEI Nº 9.140,**  
DE 4 DE DEZEMBRO DE 1995 ..... 786  
*Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.*

**LEI Nº 9.265,**  
DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996 ..... 787  
*Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.*

**LEI Nº 9.278,**  
DE 10 DE MAIO DE 1996 ..... 787  
*Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.*

**LEI Nº 9.307,**  
DE 23 DE SETEMBRO DE 1996 ..... 195  
*Dispõe sobre a arbitragem.*

**LEI Nº 9.393,**  
DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996 ..... 1068  
*Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.*

**LEI Nº 9.430,**  
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996\* ..... 1533  
*Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.*

**LEI Nº 9.434,**  
DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 ..... 1471  
*Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.*

- LEI Nº 9.454,**  
DE 7 DE ABRIL DE 1997.....794  
*Institui o número único de Registro de Identidade Civil e dá outras providências.*
- LEI Nº 9.465,**  
DE 7 DE JULHO DE 1997 .....788  
*Dispõe sobre fornecimento gratuito de registro extemporâneo de nascimento.*
- LEI Nº 9.492,**  
DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 ..... 1534  
*Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.*
- LEI Nº 9.514,**  
DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997 .....1071  
*Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.*
- LEI Nº 9.532,**  
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997 ..... 199  
*Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.*
- LEI Nº 9.613,**  
DE 3 DE MARÇO DE 1998 .....207  
*Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências.*
- LEI Nº 9.636,**  
DE 15 DE MAIO DE 1998.....1210  
*Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.*
- LEI Nº 9.985,**  
DE 18 DE JULHO DE 2000.....1225  
*Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.*
- LEI Nº 10.150,**  
DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000.....1076  
*Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.*
- LEI Nº 10.169,**  
DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000 ..... 211  
*Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.*
- LEI Nº 10.188,**  
DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001 ..... 1082  
*Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.*
- LEI Nº 10.257,**  
DE 10 DE JULHO DE 2001 ..... 1084  
*Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.*
- LEI Nº 10.406,**  
DE 10 DE JANEIRO DE 2002.....216  
*Institui o Código Civil.*
- LEI Nº 10.426,**  
DE 24 DE ABRIL DE 2002\* .....393  
*Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.*
- LEI Nº 10.522,**  
DE 19 DE JULHO DE 2002\*..... 1089  
*Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.*
- LEI Nº 10.741,**  
DE 1º DE OUTUBRO DE 2003\* .....394  
*Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.*
- LEI Nº 10.931,**  
DE 2 DE AGOSTO DE 2004.....1628  
*Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.*
- LEI Nº 10.998,**  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2004..... 1090  
*Altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.*
- LEI Nº 11.076,**  
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 .....1635  
*Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, o Warrant Agropecuário - WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural - CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.*
- LEI Nº 11.101,**  
DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 .....1539  
*Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.*
- LEI Nº 11.419,**  
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006\* .....396  
*Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e dá outras providências.*
- LEI Nº 11.428,**  
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006 .....1233  
*Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.*
- LEI Nº 11.441,**  
DE 4 DE JANEIRO DE 2007 .....1473  
*Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa.*
- LEI Nº 11.483,**  
DE 31 DE MAIO DE 2007\* ..... 1090  
*Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.*
- LEI Nº 11.630,**  
DE 26 DE DEZEMBRO DE 2007.....397  
*Institui o Dia Nacional do Notário e do Registrador.*
- LEI Nº 11.649,**  
DE 4 DE ABRIL DE 2008 .....934  
*Dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.*
- LEI Nº 11.775,**  
DE 17 DE SETEMBRO DE 2008..... 1640  
*Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.*
- LEI Nº 11.795,**  
DE 8 DE OUTUBRO DE 2008..... 1092  
*Dispõe sobre o Sistema de Consórcio.*
- LEI Nº 11.804,**  
DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008 .....788  
*Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.*
- LEI Nº 11.882,**  
DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008 .....1655  
*Dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil - LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências.*
- LEI Nº 11.952,**  
DE 25 DE JUNHO DE 2009 .....1243  
*Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.*
- LEI Nº 11.971,**  
DE 6 DE JULHO DE 2009.....397  
*Dispõe sobre as certidões expedidas pelos Órgãos do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais.*
- LEI Nº 11.976,**  
DE 7 DE JULHO DE 2009.....788  
*Dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.*
- LEI Nº 11.977,**  
DE 7 DE JULHO DE 2009.....1256  
*Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*
- LEI Nº 12.024,**  
DE 27 DE AGOSTO DE 2009 ..... 1095  
*Dá nova redação aos arts. 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, atribui à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; altera as Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.652, de*

7 de abril de 2008, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências.

**LEI Nº 12.440**

**DE 7 DE JULHO DE 2011** ..... 1474  
Acrescenta Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**LEI Nº 12.651,**

**DE 25 DE MAIO DE 2012** ..... 1266  
Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

**LEI Nº 12.662,**

**DE 5 DE JUNHO DE 2012** ..... 789  
Assegura validade nacional à Declaração de Nascimento Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.

**LEI Nº 12.682,**

**DE 9 DE JULHO DE 2012** ..... 397  
Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.

**LEI Nº 12.810,**

**DE 15 DE MAIO DE 2013** ..... 1567  
Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012.

**LEI Nº 12.879,**

**DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013** ..... 935  
Dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

**LEI Nº 12.881,**

**DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013** ..... 935  
Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.

**LEI Nº 12.973,**

**DE 13 DE MAIO DE 2014\*** ..... 936  
Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins; revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas;

altera o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 e as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 4.506, de 30 de novembro de 1964, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 9.656, de 3 de junho de 1998, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.893, de 13 de julho de 2004, 11.312, de 27 de junho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.716, de 21 de setembro de 2012, e 12.844, de 19 de julho de 2013; e dá outras providências.

**LEI Nº 13.001,**

**DE 20 DE JUNHO DE 2014\*** ..... 1284  
Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.844, de 19 de julho de 2013, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 12.806, de 7 de maio de 2013, 12.429, de 20 de junho de 2011, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 8.918, de 14 de julho de 1994, 10.696, de 2 de julho de 2003; e dá outras providências.

**LEI Nº 13.019,**

**DE 31 DE JULHO DE 2014\*** ..... 937  
Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

**LEI Nº 13.089,**

**DE 12 DE JANEIRO DE 2015** ..... 1097  
Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.

**LEI Nº 13.097,**

**DE 19 DE JANEIRO DE 2015\*** ..... 1100  
Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de

15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei nº 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1º de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.

**LEI Nº 13.105,**

**DE 16 DE MARÇO DE 2015** ..... 400  
Código de Processo Civil.

**LEI Nº 13.139,**

**DE 26 DE JUNHO DE 2015** ..... 1105  
Altera os Decretos-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981; dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União; e dá outras providências.

**LEI Nº 13.140,**

**DE 26 DE JUNHO DE 2015** ..... 476  
Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a auto-composição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

**LEI Nº 13.146,**

**DE 6 DE JULHO DE 2015** ..... 520  
Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

**LEI Nº 13.178,**

**DE 22 DE OUTUBRO DE 2015** ..... 1108  
Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999.

**LEI Nº 13.240,**

**DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015** ..... 1108  
Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nºs 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015.

**LEI Nº 13.257,**

**DE 8 DE MARÇO DE 2016\*** ..... 789  
Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código

de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.

**LEI Nº 13.259,**

**DE 16 DE MARÇO DE 2016**..... 1112  
Altera as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e 12.973, de 13 de maio de 2014, para possibilitar opção de tributação de empresas coligadas no exterior na forma de empresas controladas; e regulamenta o inciso XI do art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

**LEI Nº 13.267,**

**DE 6 DE ABRIL DE 2016**..... 938  
Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.

**LEI Nº 13.286,**

**DE 10 DE MAIO DE 2016** ..... 480  
Dispõe sobre a responsabilidade civil de notários e registradores, alterando o art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994

**LEI Nº 13.347,**

**DE 10 DE OUTUBRO DE 2016**..... 1114  
Limita o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para efeito do cálculo do valor do domínio pleno do terreno a que se refere o § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências.

**LEI Nº 13.444,**

**DE 11 DE MAIO DE 2017**..... 791  
Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).

**LEI Nº 13.445,**

**DE 24 DE MAIO DE 2017**..... 797  
Institui a Lei de Migração

**LEI Nº 13.460,**

**DE 26 DE JUNHO DE 2017** ..... 1477  
Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

**LEI Nº 13.465,**

**DE 11 DE JULHO DE 2017** ..... 1114  
Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.

**LEI Nº 13.476,**

**DE 28 DE AGOSTO DE 2017**..... 1125  
Altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para dispor sobre a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de registro ou de depósito centralizado, e a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015; e revoga dispositivo da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.

**LEI Nº 13.709,**

**DE 14 DE AGOSTO DE 2018**..... 480  
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

**LEI Nº 13.726,**

**DE 8 DE OUTUBRO DE 2018**..... 1474  
Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

**LEI Nº 13.775,**

**DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018**..... 1571  
Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências.

**LEI Nº 13.810,**

**DE 8 DE MARÇO DE 2019**..... 1127  
Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.

**LEI Nº 13.874,**

**DE 20 DE SETEMBRO DE 2019** ..... 533  
Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.

**LEI Nº 13.986,**

**DE 7 DE ABRIL DE 2020** ..... 1656  
Institui o Fundo Garantidor Solidário (FGS); dispõe sobre o patrimônio rural em afetação, a Cédula Imobiliária Rural (CIR), a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas; altera as Leis nºs 8.427, de 27 de maio de 1992, 8.929, de 22 de agosto de 1994, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 5.709, de 7 de outubro de 1971, 6.634, de 2 de maio de 1979, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.169, de 29 de dezembro de 2000, 11.116, de 18 de maio de 2005, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967; revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, e 13.476, de 28 de agosto de 2017, e dos Decretos-Leis nos 13, de 18 de julho de 1966; 14, de 29 de julho de 1966; e 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.

**LEI Nº 14.011,**

**DE 10 DE JUNHO DE 2020**..... 1129  
Aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.636, de 15 de maio de 1998, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 13.259, de 16 de março de 2016, e 10.204, de 22 de fevereiro de

2001, e o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; revoga dispositivos das Leis nºs 9.702, de 17 de novembro de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 13.874, de 20 de setembro de 2019; e dá outras providências.

**LEI Nº 14.030,**

**DE 28 DE JULHO DE 2020** ..... 939  
Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis nºs 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.

**LEI Nº 14.063,**

**DE 23 DE SETEMBRO DE 2020**..... 490  
Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

**LEI Nº 14.118,**

**DE 12 DE JANEIRO DE 2021** ..... 1130  
Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017.

**LEI Nº 14.119,**

**DE 13 DE JANEIRO DE 2021**..... 1131  
Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política.

**LEI Nº 14.133,**

**DE 1º DE ABRIL DE 2021\*** ..... 1475  
Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**LEI Nº 14.195,**

**DE 26 DE AGOSTO DE 2021\*** ..... 940  
Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os Decretos-Lei nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e

1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de 14 de maio de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Lei nºs 491, de 5 de março de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências.

#### LEI Nº 14.206,

**DE 27 DE SETEMBRO DE 2021\*** .....1572  
Institui o Documento Eletrônico de Transporte (DTe); e altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

#### LEI Nº 14.286,

**DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021\*** .....1574  
Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil; altera as Leis nºs 4.131, de 3 de setembro de 1962, 4.728, de 14 de julho de 1965, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.371, de 28 de novembro de 2006, e o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933; e revoga as Leis nºs 156, de 27 de novembro de 1947, 1.383, de 13 de junho de 1951, 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 4.390, de 29 de agosto de 1964, 5.331, de 11 de outubro de 1967, 9.813, de 23 de agosto de 1999, e 13.017, de 21 de julho de 2014, os Decretos-Leis nºs 1.201, de 8 de abril de 1939, 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, 9.602, de 16 de agosto de 1946, 9.863, de 13 de setembro de 1946, e 857, de 11 de setembro de 1969, a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, e dispositivos das Leis nºs 4.182, de 13 de novembro de 1920, 3.244, de 14 de agosto de 1957, 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 5.409, de 9 de abril de 1968, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 7.738, de 9 de março de 1989, 8.021, de 12 de abril de 1990, 8.880, de 27 de maio de 1994, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.529, de 10 de dezembro de 1997, 11.803, de 5 de novembro de 2008, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 13.292, de 31 de maio de 2016, e 13.506, de 13 de novembro de 2017, e dos Decretos-Leis nºs 2.440, de 23 de julho de 1940, 1.060, de 21 de outubro de 1969, 1.986, de 28 de dezembro de 1982, e 2.285, de 23 de julho de 1986.

#### LEI Nº 14.334,

**DE 10 DE MAIO DE 2022** .....1134  
Dispõe sobre a impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia.

#### LEI Nº 14.382,

**DE 27 DE JUNHO DE 2022** .....492  
Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021.

#### LEI Nº 14.398,

**DE 8 DE JULHO DE 2022** .....494  
Institui o documento de identidade de notários e registradores e de escreventes de serventias extrajudiciais.

#### LEI Nº 14.430,

**DE 3 DE AGOSTO DE 2022** .....1134  
Dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro (LRS) por Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE), sobre as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis e sobre a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários; altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 4.594, de 29 de dezembro de 1964, e o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e revoga dispositivos das Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.331, de 1º de setembro de 2016, e 13.986, de 7 de abril de 2020.

#### LEI Nº 14.534,

**DE 11 DE JANEIRO DE 2023** .....494  
Altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.

#### LEI Nº 14.620,

**DE 13 DE JULHO DE 2023** .....1140  
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

#### LEI Nº 14.711,

**DE 30 DE OUTUBRO DE 2023** .....495  
Dispõe sobre o aprimoramento das regras de garantia, a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca, a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, o resgate antecipado de Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda sobre rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificadas que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior e o procedimento de emissão de debêntures; altera as Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.476, de 28 de agosto de 2017, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 9.492, de 10 de setembro de 1997, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 12.249, de 11 de junho de 2010, 14.113, de 25 de dezembro de 2020, 11.312, de 27 de junho de 2006, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 14.382, de 27 de junho de 2022, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 70,

de 21 de novembro de 1966, e 73, de 21 de novembro de 1966.

#### LEI Nº 14.756,

**DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023** .....497  
Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios; revoga disposições do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967; e dá outras providências.

#### LEI Nº 14.937,

**DE 26 DE JULHO DE 2024\*** .....1661  
Institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD); altera as Leis nºs 13.483, de 21 de setembro de 2017, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.366, de 8 de junho de 2022, e 14.440, de 2 de setembro de 2022.

#### LEI Nº 15.040,

**DE 9 DE DEZEMBRO DE 2024** .....499  
Dispõe sobre normas de seguro privado; e revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

### DECRETOS-LEIS

#### DECRETO-LEI Nº 25,

**DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937** .....1287  
Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

#### DECRETO-LEI Nº 58,

**DE 10 DE DEZEMBRO DE 1937** .....1288  
Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.

#### DECRETO-LEI Nº 1.003,

**DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938** .....1291  
Dispõe sobre o penhor agrícola, e dá outras providências.

#### DECRETO-LEI Nº 1.027,

**DE 2 DE JANEIRO DE 1939** .....959  
Dispõe sobre o registro de contratos de compra e venda com reserva de domínio.

#### DECRETO-LEI Nº 2.848,

**DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940\*** .....1576  
Código Penal

#### DECRETO-LEI Nº 3.200,

**DE 19 DE ABRIL DE 1941** .....1291  
Dispõe sobre a organização e proteção da família.

#### DECRETO-LEI Nº 3.240,

**DE 8 DE MAIO DE 1941** .....1294  
Sujeita a sequestro os bens de pessoas indiciadas por crimes de que resulta prejuízo para a fazenda pública, e outros.

#### DECRETO-LEI Nº 3.365,

**DE 21 DE JUNHO DE 1941** .....1294  
Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

#### DECRETO-LEI Nº 4.657,

**DE 4 DE SETEMBRO DE 1942** .....539  
Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

#### DECRETO-LEI Nº 5.452,

**DE 1º DE MAIO DE 1943\*** .....1576  
Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

#### DECRETO-LEI Nº 5.782,

**DE 30 DE AGOSTO DE 1943** .....793  
Regula a situação do servidor do Estado desaparecido em naufrágio, acidente, ou em qualquer ato de guerra ou de agressão à soberania nacional.

#### DECRETO-LEI Nº 6.239,

**DE 3 DE FEVEREIRO DE 1944** .....793  
Regula a situação referente aos militares da Aeronáutica que se invalidarem para o serviço militar em consequência de atos de agressão do inimigo e a dos desaparecidos em aeronaves durante o voo.

<b>DECRETO-LEI Nº 6.777,</b> <b>DE 8 DE AGOSTO DE 1944</b> .....	1298
<i>Dispõe sobre a sub-rogação de imóveis gravados ou inalienáveis.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 9.085,</b> <b>DE 25 DE MARÇO DE 1946</b> .....	961
<i>Dispõe sobre o registro civil das pessoas jurídicas</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 9.760,</b> <b>DE 5 DE SETEMBRO DE 1946</b> .....	1298
<i>Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 57,</b> <b>DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966</b> .....	1311
<i>Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 70,</b> <b>DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966</b> .....	1674
<i>Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 167,</b> <b>DE 14 DE FEVEREIRO DE 1967</b> .....	1676
<i>Dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 271,</b> <b>DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967</b> .....	1311
<i>Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 413,</b> <b>DE 9 DE JANEIRO DE 1969</b> .....	1681
<i>Dispõe sobre títulos de crédito industrial e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 745,</b> <b>DE 7 DE AGOSTO DE 1969</b> .....	1312
<i>Dispõe sobre os contratos a que se refere o art. 22 do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 911,</b> <b>DE 1º DE OUTUBRO DE 1969</b> .....	959
<i>Altera a redação do art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 1.075,</b> <b>DE 22 DE JANEIRO DE 1970</b> .....	1312
<i>Regula a imissão de posse, initio litis, em imóveis residenciais urbanos.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 1.381,</b> <b>DE 23 DE DEZEMBRO DE 1974</b> .....	1313
<i>Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à empresa individual nas atividades imobiliárias, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 1.510,</b> <b>DE 27 DE DEZEMBRO DE 1976</b> .....	541
<i>Dispõe sobre a tributação de resultados obtidos na venda de participações societárias pelas pessoas físicas; altera o Decreto-lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à pessoa física equiparada à pessoa jurídica em decorrência de operações com imóveis, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 1.537,</b> <b>DE 13 DE ABRIL DE 1977</b> .....	542
<i>Isenta do pagamento de custas e emolumentos a prática de quaisquer atos, pelos Ofícios e Cartórios de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos e de Notas, relativos às solicitações feitas pela União.</i>	
<b>DECRETO-LEI Nº 1.865,</b> <b>DE 26 DE FEVEREIRO DE 1981</b> .....	1315

*Dispõe sobre a ocupação provisória de imóveis para pesquisa e lavra de substâncias minerais que contenham elementos nucleares.*

<b>DECRETO-LEI Nº 1.876,</b> <b>DE 15 DE JULHO DE 1981</b> .....	1316
<i>Dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências.</i>	

<b>DECRETO-LEI Nº 1.958,</b> <b>DE 9 DE SETEMBRO DE 1982</b> .....	1316
<i>Extingue o Certificado de Regularidade de Situação – CRS e o Certificado de Quitação – CQ, reduz os casos de exigência, de prova de quitação para com a Previdência Social e dá outras providências.</i>	

<b>DECRETO-LEI Nº 1.976,</b> <b>DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982</b> .....	1317
<i>Dispõe sobre a situação, perante a Previdência Social, da construção residencial unifamiliar que indica, e dá outras providências.</i>	

<b>DECRETO-LEI Nº 2.375,</b> <b>DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987</b> .....	1317
<i>Revoga o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências.</i>	

<b>DECRETO-LEI Nº 2.398,</b> <b>DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987</b> .....	1318
<i>Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.</i>	

#### DECRETOS FEDERAIS

<b>DECRETO Nº 1.102,</b> <b>DE 21 DE NOVEMBRO DE 1903</b> .....	1577
<i>Institui regras para o estabelecimento de empresas de armazéns gerais, determinando os direitos e obrigações dessas empresas.</i>	

<b>DECRETO Nº 2.044,</b> <b>DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908</b> .....	1581
<i>Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as Operações Cambiais.</i>	

<b>DECRETO Nº 5.372-B,</b> <b>DE 10 DE DEZEMBRO DE 1927</b> .....	1620
<i>Cria os ofícios privativos de notas e registro de contratos marítimos e dá outras providências</i>	

<b>DECRETO Nº 24.643,</b> <b>DE 10 DE JULHO DE 1934</b> .....	1321
<i>Decreta o Código de Águas.</i>	

<b>DECRETO Nº 24.778,</b> <b>DE 14 DE JULHO DE 1934</b> .....	962
<i>Reconhece ser objeto de penhor os créditos garantidos por hipoteca ou penhor, os quais, para êsse efeito, considerar-se-ão coisa móvel.</i>	

<b>DECRETO Nº 3.079,</b> <b>DE 15 DE SETEMBRO DE 1938</b> .....	1331
<i>Regulamenta o Decreto-Lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.</i>	

<b>DECRETO Nº 57.663,</b> <b>DE 24 DE JANEIRO DE 1966</b> .....	1585
<i>Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.</i>	

<b>DECRETO Nº 58.380,</b> <b>DE 10 DE MAIO DE 1966</b> .....	1665
<i>Aprova o Regulamento da Lei que Institucionaliza o Crédito Rural.</i>	

<b>DECRETO Nº 59.428,</b> <b>DE 27 DE OUTUBRO DE 1966</b> .....	1162
<i>Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 – 82 – 83 – 91 – 109 – 111 – 114 – 115 e 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o art. 22 do Decreto-lei nº 22.239,</i>	

*de 19 de dezembro de 1932, e os arts. 9 – 10 – 11 – 12 – 22 e 23 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.*

<b>DECRETO Nº 59.566,</b> <b>DE 14 DE NOVEMBRO DE 1966</b> .....	1173
<i>Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.</i>	

<b>DECRETO Nº 61.078,</b> <b>DE 26 DE JULHO DE 1967</b> .....	543
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares.</i>	

<b>DECRETO Nº 62.504,</b> <b>DE 8 DE ABRIL DE 1968</b> .....	1334
<i>Regulamenta o artigo 65 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, o artigo 11 e parágrafos do Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.</i>	

<b>DECRETO Nº 70.951,</b> <b>DE 9 DE AGOSTO DE 1972*</b> .....	1186
<i>Regulamenta a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, e estabelece normas de proteção à poupança popular.</i>	

<b>DECRETO Nº 72.106,</b> <b>DE 18 DE ABRIL DE 1973</b> .....	1190
<i>Regulamenta a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que institui o Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.</i>	

<b>DECRETO Nº 74.965,</b> <b>DE 26 DE NOVEMBRO DE 1974</b> .....	1180
<i>Regulamenta a Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que dispõe sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil.</i>	

<b>DECRETO Nº 85.064,</b> <b>DE 26 DE AGOSTO DE 1980</b> .....	1195
<i>Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.</i>	

<b>DECRETO Nº 93.240,</b> <b>DE 9 DE SETEMBRO DE 1986</b> .....	1476
<i>Regulamenta a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que “dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas, e dá outras providências”.</i>	

<b>DECRETO Nº 95.760,</b> <b>DE 1º DE MARÇO DE 1988</b> .....	1335
<i>Regulamenta o art. 3º do Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências.</i>	

<b>DECRETO Nº 95.956,</b> <b>DE 22 DE ABRIL DE 1988</b> .....	1336
<i>Regulamenta o art. 5º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que autoriza a União a transferir, a título gratuito, a Estados ou Territórios, terras públicas a ela pertencentes.</i>	

<b>DECRETO Nº 96.084,</b> <b>DE 23 DE MAIO DE 1988</b> .....	1336
<i>Regulamenta o § 1º do art. 5º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que autoriza a União a transferir, a título gratuito, a Estados ou Territórios, terras públicas a ela pertencentes, localizadas na Faixa de Fronteira.</i>	

<b>DECRETO Nº 99.672,</b> <b>DE 6 DE NOVEMBRO DE 1990</b> .....	1337
<i>Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Bens Imóveis de propriedade da União e dá outras providências.</i>	

<b>DECRETO Nº 166,</b> <b>DE 3 DE JULHO DE 1991*</b> .....	551
<i>Promulga o Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.</i>	

**DECRETO Nº 433,**  
DE 24 DE JANEIRO DE 1992.....1337  
*Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.*

**DECRETO Nº 578,**  
DE 24 DE JUNHO DE 1992.....1338  
*Dá nova regulamentação ao lançamento dos Títulos da Dívida Agrária.*

**DECRETO Nº 862,**  
DE 9 DE JULHO DE 1993\*.....551  
*Promulga o Tratado sobre Cooperação Judiciária em Matéria Penal, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, de 17/10/1989.*

**DECRETO Nº 1.240,**  
DE 15 DE SETEMBRO DE 1994.....1594  
*Promulga a Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Cheques, adotada em Montevideu, em 8 de maio de 1979.*

**DECRETO Nº 1.775,**  
DE 8 DE JANEIRO DE 1996.....1339  
*Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 1.799,**  
DE 30 DE JANEIRO DE 1996.....507  
*Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 1.800,**  
DE 30 DE JANEIRO DE 1996.....949  
*Regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 1.922,**  
DE 5 DE JUNHO DE 1996.....1340  
*Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 3.048,**  
DE 6 DE MAIO DE 1999\*.....511  
*Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 3.598,**  
DE 12 DE SETEMBRO DE 2000\*.....551  
*Promulga o Acordo de Cooperação em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996.*

**DECRETO Nº 3.725,**  
DE 10 DE JANEIRO DE 2001.....1222  
*Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 4.382,**  
DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.....1341  
*Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.*

**DECRETO Nº 4.449,**  
DE 30 DE OUTUBRO DE 2002.....1349  
*Regulamenta a Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, que altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 6.015, de 31 de dezembro de 1973; 6.739, de 5 de dezembro de 1979; e 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 4.523,**  
DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002.....1351  
*Regulamenta o arrolamento de bens para interposição de recurso voluntário no processo*

*administrativo de determinação e exigência de créditos tributários da União.*

**DECRETO Nº 4.887,**  
DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.....1351  
*Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

**DECRETO Nº 5.746,**  
DE 5 DE ABRIL DE 2006.....1231  
*Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.*

**DECRETO Nº 6.660,**  
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2008.....1237  
*Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.*

**DECRETO Nº 6.891,**  
DE 2 DE JULHO DE 2009\*.....552  
*Promulga o Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile.*

**DECRETO Nº 7.037,**  
DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009\*.....810  
*Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 7.107,**  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010.....552  
*Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.*

**DECRETO Nº 7.231,**  
DE 14 DE JULHO DE 2010.....810  
*Regulamenta o art. 29, incisos I, II e III, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 7.341,**  
DE 22 DE OUTUBRO DE 2010.....1248  
*Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 7.499,**  
DE 16 DE JUNHO DE 2011\*.....1266  
*Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 7.574,**  
DE 29 DE SETEMBRO DE 2011\*.....554  
*Regulamenta o processo de determinação e de exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta relativo à interpretação da legislação tributária e aduaneira, à classificação fiscal de mercadorias, à classificação de serviços, intangíveis e de outras operações que produzam variações no patrimônio e de outros processos que especifica, sobre matérias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.*

**DECRETO Nº 7.830,**  
DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.....1353  
*Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.*

**DECRETO Nº 8.058,**  
DE 26 DE JULHO DE 2013\*.....1483  
*Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas antidumping; e altera o Anexo II ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.*

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 148,**  
DE 6 DE JULHO DE 2015.....555  
*Aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961.*

**DECRETO Nº 8.660,**  
DE 29 DE JANEIRO DE 2016.....556  
*Promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 5 de outubro de 1961.*

**DECRETO Nº 8.727,**  
DE 28 DE ABRIL DE 2016.....811  
*Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.*

**DECRETO Nº 8.742,**  
DE 4 DE MAIO DE 2016.....558  
*Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do serviço consular brasileiro e da dispensa de legalização no Brasil das assinaturas e atos emanados das autoridades consulares brasileiras.*

**DECRETO Nº 8.936,**  
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.....558  
*Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.*

**DECRETO Nº 9.094,**  
DE 17 DE JULHO DE 2017.....1479  
*Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019)*

**DECRETO Nº 9.199,**  
DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017\*.....806  
*Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.*

**DECRETO Nº 9.310,**  
DE 15 DE MARÇO DE 2018.....1356  
*Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União.*

**DECRETO Nº 9.311,**  
DE 15 DE MARÇO DE 2018.....1286  
*Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.*

**DECRETO Nº 9.311,**  
DE 15 DE MARÇO DE 2018.....1204  
*Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência*

e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

**DECRETO Nº 9.354,**  
DE 25 DE ABRIL DE 2018 ..... 1370  
Regulamenta o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre foros, laudemios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e o art. 11-B da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, a administração, o aforamento e a alienação de bens imóveis de domínio da União.

**DECRETO Nº 9.451,**  
DE 26 DE JULHO DE 2018 ..... 532  
Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

**DECRETO Nº 9.580,**  
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018\* ..... 559  
Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

**DECRETO Nº 9.640,**  
DE 27 DE ZEMBRO DE 2018 ..... 1280  
Regulamenta a Cota de Reserva Ambiental, instituída pelo art. 44 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

**DECRETO Nº 9.830,**  
DE 10 DE JUNHO DE 2019 ..... 560  
Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.

**DECRETO Nº 9.929,**  
DE 22 DE JULHO DE 2019 ..... 811  
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc e sobre o seu comitê gestor.

**DECRETO Nº 10.063,**  
DE 14 DE OUTUBRO DE 2019 ..... 813  
Dispõe sobre o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, o Comitê Gestor Nacional do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação da Documentação Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica.

**DECRETO Nº 10.278,**  
DE 18 DE MARÇO DE 2020 ..... 537  
Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.

**DECRETO Nº 10.592,**  
DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020 ..... 1250  
Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, e em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.

**DECRETO Nº 10.828,**  
DE 1º DE OUTUBRO DE 2021 ..... 1673  
Regulamenta a emissão de Cédula de Produto Rural, relacionada às atividades de conservação e recuperação de florestas nativas e de seus biomas, de que trata o inciso II do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994.

**DECRETO Nº 10.977,**  
DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022 ..... 795  
Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para estabelecer os procedimentos e os requisitos para a expedição da Carteira de Identidade

por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, para estabelecer o Serviço de Identificação do Cidadão como o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

**DECRETO Nº 11.208,**  
DE 26 DE SETEMBRO DE 2022 ..... 1371  
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e sobre o Cadastro Imobiliário Brasileiro e regula o compartilhamento de dados relativos a bens imóveis.

**DECRETO Nº 11.995,**  
DE 15 DE ABRIL DE 2024 ..... 1372  
Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária.

**DECRETO Nº 12.046,**  
DE 5 DE JUNHO DE 2024 ..... 1374  
Regulamenta, em âmbito federal, a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.

#### RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN

**RESOLUÇÃO Nº 314,**  
DE 26 DE ABRIL DE 2023 ..... 1608  
Dispõe sobre a execução dos serviços de compensação de cheques apresentados à Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe) e sobre questões operacionais relacionadas ao cheque.

#### RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

**RESOLUÇÃO Nº 20,**  
DE 29 DE AGOSTO DE 2006,  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ..... 563  
Disciplina a contratação, por delegados extrajudiciais, de cônjuge, companheiro e parente, na linha reta e na colateral, até terceiro grau, de magistrado incumbido da corregedoria do respectivo serviço de notas ou de registro.

**RESOLUÇÃO Nº 35,**  
DE 24 DE ABRIL DE 2007,  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA... 1484  
Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

**RESOLUÇÃO Nº 67,**  
DE 3 DE MARÇO DE 2009,  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ..... 563  
Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.

**RESOLUÇÃO Nº 80,**  
DE 9 DE JUNHO DE 2009,  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ..... 578  
Declara a vacância dos serviços notariais e de registro ocupados em desacordo com as normas constitucionais pertinentes à matéria, estabelecendo regras para a preservação da ampla defesa dos interessados, para o período de transição e para a organização das vagas do serviço de notas e registro que serão submetidas a concurso público.

**RESOLUÇÃO Nº 81,**  
DE 9 DE JUNHO DE 2009,  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ..... 580  
Dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital.

**RESOLUÇÃO Nº 125,**  
DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010,  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ..... 587  
Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

**RESOLUÇÃO Nº 131,**  
DE 26 DE MAIO DE 2011,  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA... 1487  
Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, e revoga a Resolução nº 74/2009 do CNJ.

**RESOLUÇÃO Nº 155,**  
DE 16 DE JULHO DE 2012, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ ..... 816  
Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior

**RESOLUÇÃO Nº 175,**  
DE 14 DE MAIO DE 2013, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ ..... 818  
Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.

**RESOLUÇÃO Nº 228,**  
DE 22 DE JUNHO DE 2016  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ..... 590  
Regulamenta a aplicação, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).

**RESOLUÇÃO Nº 270,**  
DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ ..... 818  
Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciais, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.

**RESOLUÇÃO Nº 295,**  
DE 13 DE SETEMBRO DE 2019,  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA... 1488  
Dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes.

**RESOLUÇÃO Nº 401,**  
DE 16 DE JUNHO DE 2021  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ..... 592  
Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.

**RESOLUÇÃO Nº 402,**  
DE 28 DE JUNHO DE 2021,  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ ..... 819  
Dispõe sobre ações de caráter informativo, no âmbito do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, para melhor preparação para o casamento civil, e dá outras providências.

**RESOLUÇÃO Nº 469,**  
DE 31 DE AGOSTO DE 2022  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ..... 596  
Estabelece diretrizes e normas sobre a digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário.

**RESOLUÇÃO Nº 541,**  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ..... 600  
Disciplina a instituição das comissões de heteroidentificação e o respectivo procedimento nos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Judiciário, na forma prevista nas Resoluções CNJ nº 75/2009, 81/2009 e 203/2015.

**RESOLUÇÃO Nº 547,**  
DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024 ..... 1596  
Institui medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário, a partir do julgamento do tema 1184 da repercussão geral pelo STF.

**RESOLUÇÃO Nº 558,  
DE 6 DE MAIO DE 2024** .....1596

Estabelece diretrizes para a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário e das outras providências.

**RESOLUÇÃO Nº 601,  
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2024,  
DO CONSELHO NACIONAL  
DE JUSTIÇA – CNJ** .....820

Dispõe sobre o dever de reconhecer e retificar os assentos de óbito de todos os mortos e desaparecidos vítimas da ditadura militar.

**RESOLUÇÃO Nº 609,  
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**..... 602

Determina aos Tribunais de Justiça o envio ao CNJ dos anteprojetos de lei relativos aos serviços notariais e de registro sob sua fiscalização, para elaboração de parecer de mérito antes do encaminhamento ao Poder Legislativo.

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP****RESOLUÇÃO Nº 301,  
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024,  
DO CONSELHO NACIONAL  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO** .....1493

Disciplina a atuação do Ministério Público em procedimentos oriundos de serventias extrajudiciais prestadoras de serviços notariais ou de registros públicos.

**RESOLUÇÕES DO CONSELHO  
FEDERAL DE MEDICINA (CFM)****RESOLUÇÃO Nº 1.995,  
DE 9 DE AGOSTO DE 2012, DO CONSELHO  
FEDERAL DE MEDICINA (CFM)** .....1494

Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade dos pacientes.

**RESOLUÇÃO Nº 2.232,  
DE 17 DE JULHO DE 2019, DO CONSELHO  
FEDERAL DE MEDICINA (CFM)** .....1494

Estabelece normas éticas para a recusa terapêutica por pacientes e objeção de consciência na relação médico-paciente.

**RESOLUÇÃO Nº 2.320,  
DE 1º DE SETEMBRO DE 2022 DO CONSELHO  
FEDERAL DE MEDICINA (CFM)** .....823

Adota normas éticas para a utilização de técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.294, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2021, Seção I, p. 60.

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO  
NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)  
E DO CONSELHO NACIONAL  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)****RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 03,  
DE 19 DE ABRIL DE 2012  
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
(CNJ) E DO CONSELHO NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)** ..... 815

Dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DA  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL****RESOLUÇÃO Nº 2,  
DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015\*** ..... 1606

Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL  
DE ENFERMAGEM – COFEN****RESOLUÇÃO Nº 498,  
DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015** ..... 1607

Aprova a possibilidade de realização de protesto de certidões de dívida ativas, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais.

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL  
DE ECONOMIA – COFECON****RESOLUÇÃO Nº 1.924,  
DE 30 DE JANEIRO DE 2015** ..... 1605

Inclui dispositivos no Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecon, aprovado pela Resolução nº 1.853/2011, para contemplar a possibilidade de protesto das Certidões de Dívida Ativa – CDA's nos termos da Lei nº 9.492, de 10/09/1997.

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO  
NACIONAL DE TRÂNSITO****RESOLUÇÃO Nº 809,  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020** .....1496

Dispõe sobre os requisitos para emissão do Certificado de Registro de Veículo (CRV), do Certificado de Licenciamento Anual (CLA) e do comprovante de transferência de propriedade em meio digital.

**RESOLUÇÕES DO COMITÊ GESTOR  
DO SISTEMA NACIONAL DE  
INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL****RESOLUÇÃO Nº 01,  
DE 9 DE JULHO DE 2015** .....821

Dispõe sobre a padronização dos procedimentos para envio de dados pelas serventias de registro civil de pessoas naturais ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – Sirc.

**RESOLUÇÃO Nº 4,  
DE 28 DE MAIO DE 2019** .....821

Dispõe sobre o compartilhamento de dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc.

**RESOLUÇÃO Nº 8,  
DE 2 DE DEZEMBRO DE 2021** .....823

Regulamenta o § 6º do artigo 7º do Decreto nº 9.929 de 22 de julho de 2019.

**RESOLUÇÕES DO CONSELHO  
DE CONTROLE DE ATIVIDADES  
FINANCEIRAS – COAF****RESOLUÇÃO Nº 31,  
DE 7 DE JUNHO DE 2019** .....603

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas e jurídicas reguladas pelo Coaf, na forma do §1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para cumprimento de sanções impostas nos termos da Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019; e para as comunicações de que trata o art. 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, relacionadas a terrorismo e seu financiamento.

**RESOLUÇÃO COAF Nº 40,  
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021** .....603

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados, em relação a pessoas expostas politicamente, por aqueles que se sujeitam à supervisão do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf na forma do § 1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

**RESOLUÇÃO TRIBUNAL  
SUPERIOR ELEITORAL – TSE****RESOLUÇÃO Nº 23.670,  
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021** .....993

Dispõe sobre as federações de partidos políticos.

**PROVIMENTOS DO CONSELHO  
NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ****PROVIMENTO Nº 12,  
DE 6 DE AGOSTO DE 2010** .....826

Determinar que seja remetido, em forma que preserve o sigilo, para cada uma das 27 Corregedorias Gerais dos Tribunais de Justiça, o CD com os nomes e endereços dos alunos que, naquela unidade da Federação, não possuem paternidade estabelecida, segundo os dados do Censo escolar.

**PROVIMENTO Nº 13,  
DE 3 DE SETEMBRO DE 2010\*\*** .....827

Dispõe sobre a emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos.

**PROVIMENTO Nº 14,  
DE 29 DE ABRIL DE 2011** .....827

Dispõe sobre a emissão de certidões pelos Offícios de Registro Civil das Pessoas Naturais em papel de segurança unificado fornecido pela Casa da Moeda do Brasil.

**PROVIMENTO Nº 15,  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011** .....828

Dispõe sobre a emissão de certidões pelos Offícios de Registro Civil das Pessoas Naturais em papel de segurança unificado fornecido pela Casa da Moeda do Brasil e o início de sua utilização obrigatória.

**PROVIMENTO Nº 16,  
DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012** .....828

Dispõe sobre a recepção, pelos Officiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, de indicações de supostos pais de pessoas que já se acharem registradas sem paternidade estabelecida, bem como sobre o reconhecimento espontâneo de filhos perante os referidos registradores.

**PROVIMENTO Nº 18,  
DE 28 DE AGOSTO DE 2012\*\*** .....1498

Dispõe sobre a instituição e funcionamento da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC.

**PROVIMENTO Nº 23,  
DE 24 DE OUTUBRO DE 2012\*\*** .....605

Dispõe sobre a restauração de livros extrajudiciais ou danificados no serviço extrajudicial de notas e de registro.

**PROVIMENTO Nº 24,  
DE 23 DE OUTUBRO DE 2012** .....605

Dispõe sobre a alimentação dos dados no sistema “Justiça Aberta”.

**PROVIMENTO Nº 25,  
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012** .....605

Dispõe sobre a regulamentação do uso do Malote Digital pelas serventias extrajudiciais de notas e de registro.

**PROVIMENTO Nº 26,  
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012** .....832

Dispõe sobre o “Projeto Pai Presente – 2012”

**PROVIMENTO Nº 27,  
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012** .....963

Dispõe sobre a facultatividade e a competência para o registro de contratos de alienação fiduciária e de arrendamento mercantil de veículos por Oficial de Registro de Títulos e Documentos.

**PROVIMENTO Nº 28,  
DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013\*\*** .....833

Dispõe sobre o registro tardio de nascimento, por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, nas hipóteses que disciplina.

- PROVIMENTO Nº 30,**  
DE 19 DE ABRIL DE 2013\*\* .....1601  
*Disciplina a recepção e protesto de cheques, nas hipóteses que relaciona, visando coibir fraudes que possam acarretar prejuízos aos devedores ou a terceiros.*
- PROVIMENTO Nº 33,**  
DE 3 DE JULHO DE 2013\*\* ..... 1380  
*Dispõe sobre o registro e a averbação de descrição de área, por Oficiais de Registro de Imóveis, relativos às Glebas Públicas Federais situadas na Amazônia Legal.*
- PROVIMENTO Nº 37,**  
DE 7 DE JULHO DE 2014\*\* .....833  
*Dispõe sobre o registro de união estável no Livro "E" do registro civil das pessoas naturais, sobre o termo declaratório de reconhecimento e dissolução de união estável lavrado perante o registro civil das pessoas naturais, sobre a alteração extrajudicial do regime de bens na união estável e sobre a conversão da união estável em casamento. (Redação dada pelo Provimento n. 141, de 16.3.2023)*
- PROVIMENTO Nº 41,**  
DE 6 DE OUTUBRO DE 2014 .....606  
*Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação dos atos normativos expedidos pela Corregedoria Nacional de Justiça.*
- PROVIMENTO Nº 43,**  
DE 17 DE ABRIL DE 2015\*\* ..... 1380  
*Dispõe sobre o arrendamento de imóvel rural por estrangeiro residente ou autorizado a funcionar no Brasil, bem como por pessoa jurídica brasileira da qual participe, a qualquer título, pessoas estrangeira física ou jurídica que resida ou tenha sede no exterior e possua a maioria do capital social.*
- PROVIMENTO Nº 44,**  
DE 18 DE MARÇO DE 2015 ..... 1380  
*Estabelece normas gerais para o registro da regularização fundiária urbana.*
- PROVIMENTO Nº 45,**  
DE 13 DE MAIO DE 2015 .....608  
*Revoga o Provimento 34 de 09/07/2013 e a Orientação 6 de 25/11/2013 e consolida as normas relativas à manutenção e escrituração dos Livros Diário Auxiliar, Visitas e Correições e Controle de Depósito Prévio pelos titulares de delegações e responsáveis interinos do serviço extrajudicial de notas e registros públicos, e dá outras providências.*
- PROVIMENTO Nº 46,**  
DE 16 DE JUNHO DE 2015\*\* .....833  
*Revoga o Provimento 38 de 25/07/2014 e dispõe sobre a Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC.*
- PROVIMENTO Nº 50,**  
DE 28 DE SETEMBRO DE 2015 ..... 609  
*Dispõe sobre a conservação de documentos nos cartórios extrajudiciais.*
- PROVIMENTO Nº 51,**  
DE 22 DE SETEMBRO DE 2015\*\* .....833  
*Dispõe sobre a averbação de carta de sentença expedida após homologação de sentença estrangeira relativa a divórcio ou separação judicial.*
- PROVIMENTO Nº 48,**  
DE 16 DE MARÇO DE 2016\*\* .....963  
*Estabelece diretrizes gerais para o sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas.*
- PROVIMENTO Nº 53,**  
DE 16 DE MAIO DE 2016\*\* .....834  
*Dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assento de casamento, independentemente de homologação judicial.*
- PROVIMENTO Nº 56,**  
DE 14 DE JULHO DE 2016 .....1498  
*Dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta ao Registro Central de Testamentos On-Line (RCTO) para processar os inventários e partilhas judiciais e lavar escrituras públicas de inventários extrajudiciais.*
- PROVIMENTO Nº 60,**  
DE 10 DE AGOSTO DE 2017\*\* ..... 616  
*Estabelece diretrizes gerais para a cobrança de emolumentos sobre os contratos de exploração de energia eólica.*
- PROVIMENTO Nº 61,**  
DE 17 DE OUTUBRO DE 2017 ..... 616  
*Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos serviços extrajudiciais em todo o território nacional.*
- PROVIMENTO Nº 62,**  
DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017 ..... 616  
*Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos para a aposição de apostila, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).*
- PROVIMENTO Nº 63,**  
DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017 .....834  
*Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos ofícios de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro "A" e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.*
- PROVIMENTO Nº 65,**  
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017\*\* ..... 1383  
*Estabelece diretrizes para o procedimento da usucapião extrajudicial nos serviços notariais e de registro de imóveis.*
- PROVIMENTO Nº 67,**  
DE 26 DE MARÇO DE 2018\*\* .....617  
*Dispõe sobre os procedimentos de conciliação e de mediação nos serviços notariais e de registro do Brasil.*
- PROVIMENTO Nº 69,**  
DE 12 DE JUNHO DE 2018\*\* .....618  
*Dispõe sobre o teletrabalho no âmbito dos serviços notariais e de registro do Brasil.*
- PROVIMENTO Nº 70,**  
DE 12 DE JUNHO DE 2018\*\* ..... 1384  
*Dispõe sobre abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites.*
- PROVIMENTO Nº 73,**  
DE 28 DE JUNHO DE 2018 .....835  
*Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN).*
- PROVIMENTO Nº 74,**  
DE 31 DE JULHO DE 2018 ..... 618  
*Dispõe sobre padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados para a continuidade da atividade pelos serviços notariais e de registro do Brasil e dá outras providências.*
- PROVIMENTO Nº 77,**  
DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018 ..... 619  
*Dispõe sobre a designação de responsável interino pelo expediente.*
- PROVIMENTO Nº 78,**  
DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018\*\* ..... 619  
*Dispõe sobre a incompatibilidade da atividade notarial e de registro com o exercício simultâneo de mandato eletivo e dá outras providências.*
- PROVIMENTO Nº 79,**  
DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018 .....620  
*Dispõe sobre a política institucional de Metas Nacionais do Serviço Extrajudicial e dá outras providências.*
- PROVIMENTO Nº 81,**  
DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018 .....839  
*Dispõe sobre a Renda Mínima do Registrador Civil de Pessoas Naturais.*
- PROVIMENTO Nº 82,**  
DE 3 DE JULHO DE 2019 .....839  
*Dispõe sobre o procedimento de averbação, no registro de nascimento e no de casamento dos filhos, da alteração do nome do genitor e dá outras providências.*
- PROVIMENTO Nº 85,**  
DE 19 DE AGOSTO DE 2019 .....620  
*Dispõe sobre a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030, pelas Corregedorias do Poder Judiciário e pelo Serviço Extrajudicial.*
- PROVIMENTO Nº 86,**  
DE 29 DE AGOSTO DE 2019\*\* .....1601  
*Dispõe sobre a possibilidade de pagamento postergado de emolumentos, acréscimos legais e demais despesas, devidos pela apresentação de títulos ou outros documentos de dívida para protesto e dá outras providências.*
- PROVIMENTO Nº 87,**  
DE 11 DE SETEMBRO DE 2019\*\* .....1601  
*Dispõe sobre as normas gerais de procedimentos para o protesto extrajudicial de títulos e outros documentos de dívida, regulamenta a implantação da Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto de Títulos – CENPROT e dá outras providências.*
- PROVIMENTO Nº 89,**  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 ..... 1384  
*Regulamenta o Código Nacional de Matrículas – CNM, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – SREI, o Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado – SAEC, o acesso da Administração Pública Federal às informações do SREI e estabelece diretrizes para o estatuto do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – ONR.*
- PROVIMENTO Nº 94,**  
DE 28 DE MARÇO DE 2020\*\* .....1387  
*Dispõe sobre o funcionamento das unidades de registro de imóveis nas localidades onde foram decretados regime de quarentena pelo sistema de plantão presencial e à distância e regula procedimentos especiais.*
- PROVIMENTO Nº 97,**  
DE 27 DE ABRIL DE 2020\*\* ..... 1602  
*Regula os procedimentos de intimação nos tabeliães de protesto de títulos visando a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19 como medida preventiva de saúde pública nas referidas serventias extrajudiciais.*
- PROVIMENTO Nº 100,**  
DE 26 DE MAIO DE 2020\*\* .....1498  
*Dispõe sobre a prática de atos notariais eletrônicos utilizando o sistema e-Notariado, cria a Matrícula Notarial Eletrônica-MNE e dá outras providências.*

<b>PROVIMENTO Nº 103,</b> <b>DE 4 DE JUNHO DE 2020</b> .....	1499
<i>Dispõe sobre a Autorização Eletrônica de Viagem nacional e internacional de crianças e adolescentes até 16 (dezesesseis) anos desacompanhados de ambos ou um de seus pais e dá outras providências.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 104,</b> <b>DE 9 DE JUNHO DE 2020**</b> .....	840
<i>Dispõe sobre o envio de dados registraes, das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, pelo Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, diretamente ou por intermédio da Central de Informações de Registro Civil de Pessoas Naturais-CRC, aos Institutos de Identificação dos Estados e do Distrito Federal, para fins exclusivos de emissão de registro geral de identidade.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 107,</b> <b>DE 24 DE JUNHO DE 2020</b> .....	621
<i>Dispõe sobre a proibição de cobrança de quaisquer valores dos consumidores finais dos serviços prestados pelas centrais cartorárias em todo o território nacional, e dá outras providências.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 108,</b> <b>DE 3 DE JULHO DE 2020</b> .....	622
<i>Dispõe sobre o envio de dados estatísticos pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, relativos à fiscalização das obrigações impostas a notários e registradores de todo o Brasil, no cumprimento dos termos do Provimento n. 88/2019 da Corregedoria Nacional de Justiça e de correlatas sanções que tenham sido aplicadas, na forma do art. 12 da Lei n. 9.613/98 e dá outras providências.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 115,</b> <b>DE 24 DE MARÇO DE 2021</b> .....	1388
<i>Institui a receita do fundo para implementação e custeio do SREI, estabelece a forma do seu recolhimento pelas serventias do serviço de registro de imóveis, e dá outras providências.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 122,</b> <b>DE 13 DE AGOSTO DE 2021</b> .....	840
<i>Dispõe sobre o assento de nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais nos casos em que o campo sexo da Declaração de Nascimento Vivo (DNV) ou na Declaração de Óbito (DO) fetal tenha sido preenchido "ignorado".</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 124,</b> <b>DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021</b> .....	1389
<i>Estabelece prazo para a universalização do acesso por todas as unidades do serviço de registro de imóveis do Brasil, ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), operado pelo Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis – ONR, sob regulação da Corregedoria Nacional de Justiça.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 127,</b> <b>DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022</b> .....	622
<i>Disciplina a Plataforma do Sistema Integrado de Pagamentos Eletrônicos – SIPE para os serviços notariais e de registro, e dá outras providências.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 130,</b> <b>DE 24 DE JUNHO DE 2022</b> .....	624
<i>Dispõe sobre diretrizes e parâmetros para implantação, utilização e funcionamento do sistema do Processo Judicial Eletrônico nas Corregedorias (PJeCor).</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 133,</b> <b>DE 15 DE AGOSTO DE 2022</b> .....	624
<i>Disciplina a alimentação do Painel Nacional dos Concursos Públicos de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Serviços de Notas e de Registro, gerido pela Corregedoria Nacional de Justiça.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 134,</b> <b>DE 24 DE AGOSTO DE 2022</b> .....	624
<i>Estabelece medidas a serem adotadas pelas serventias extrajudiciais em âmbito nacional para o</i>	

*processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.*

<b>PROVIMENTO Nº 137,</b> <b>DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022**</b> .....	845
<i>Estabelece regras para o envio, ao Tribunal Superior Eleitoral, da comunicação de alteração de prenome prevista no art. 56, § 3º, da Lei n. 6.015/1973, com a redação dada pela Lei n. 14.382/2022.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 139,</b> <b>DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023**</b> .....	625
<i>Regulamenta o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), o Operador Nacional do Sistema de Registros Públicos (ONSERP), o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (FIC-ONSERP), o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro Civil de Pessoas Naturais (FIC-RCPN) e o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas (FIC-RTDPJ), institui o Operador Nacional do Registro Civil de Pessoas Naturais (ON-RCPN) e o Operador Nacional do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas (ON-RTDPJ), e dá outras providências.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 143,</b> <b>DE 25 DE ABRIL DE 2023</b> .....	1390
<i>Regulamenta a estrutura, a geração e a validação do Código Nacional de Matrícula - CNM, dispõe sobre a escrituração da matrícula no registro de imóveis, e dá outras providências.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 144,</b> <b>DE 25 DE ABRIL DE 2023</b> .....	1391
<i>Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, institui a Semana Nacional de Regularização Fundiária, e dá outras providências.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 145,</b> <b>DE 23 DE JUNHO DE 2023</b> .....	1393
<i>Institui o Prêmio "Solo Seguro", com o objetivo de premiar iniciativas inovadoras e incentivar o aperfeiçoamento de práticas relativas à regularização fundiária urbana e rural.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 147,</b> <b>DE 4 DE JULHO DE 2023</b> .....	625
<i>Dispõe sobre a política permanente de enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, no âmbito das atribuições da Corregedoria Nacional de Justiça; adota protocolo específico para o atendimento a vítimas e recebimento de denúncias de violência contra a mulher envolvendo magistrados, servidores do Poder Judiciário, notários e registradores; cria canal simplificado de acesso a vítimas de violência contra a mulher na Corregedoria Nacional de Justiça e dá outras providências.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 149,</b> <b>DE 30 DE AGOSTO DE 2023</b> .....	627
<i>Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), que regulamenta os serviços notariais e de registro.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 150,</b> <b>DE 11 DE SETEMBRO DE 2023</b> .....	1393
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para estabelecer regras para o processo de adjudicação compulsória pela via extrajudicial, nos termos do art. 216-B da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 151,</b> <b>DE 26 DE SETEMBRO DE 2023</b> .....	845
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra),</i>	

*instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o registro do natimorto e para estabelecer o procedimento de promoção do registro de nascimento de criança ou adolescente no caso de omissão.*

<b>PROVIMENTO Nº 152,</b> <b>DE 26 DE SETEMBRO DE 2023</b> .....	846
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para aprimorar as regras de averbação de alteração de nome, de gênero ou de ambos de pessoas transgênero.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 153,</b> <b>DE 26 DE SETEMBRO DE 2023</b> .....	846
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o procedimento de alteração extrajudicial do nome perante o Registro Civil das Pessoas Naturais.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 156,</b> <b>DE 4 DE NOVEMBRO DE 2023</b> .....	718
<i>Dispõe sobre as normas a serem observadas nas inspeções e correções de competência da Corregedoria Nacional de Justiça, nas unidades judiciais e administrativas dos tribunais e nos serviços notariais e de registro.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 157,</b> <b>DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023</b> .....	846
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a autenticação de usuários, assinatura eletrônica e lista de serviços eletrônicos confiáveis do Operador Nacional do Registro Civil das Pessoas Naturais - ON-RCPN.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 158,</b> <b>DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023</b> .....	1394
<i>Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa Permanente de Regularização Fundiária Plena de Núcleos Urbanos Informais e Favelas - "Solo Seguro - Favela" - e dá outras providências.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 159,</b> <b>DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023</b> .....	723
<i>Institui o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - FIC-ONSERP, o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro Civil das Pessoas Naturais - FIC-RCPN, e o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro de Títulos e Documentos e Cíveis das Pessoas Jurídicas - FIC-RTDPJ; dispõe sobre suas receitas; e dá outras providências.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 162,</b> <b>DE 11 DE MARÇO DE 2024</b> .....	725
<i>Regulamenta o art. 47-A do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (RICNJ), acerca da celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Corregedoria Nacional de Justiça e magistrados, servidores e serventuários do Poder Judiciário ou delegatários de serventias extrajudiciais, e dá outras providências.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 164,</b> <b>DE 27 DE MARÇO DE 2024</b> .....	1500
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano - AEDO.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 167, DE 21 DE MAIO DE 2024</b> .....	1602
<i>Altera o Código de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial, para fins de atualização e uniformização nacional acerca das regras e procedimentos do protesto comum, falimentar e de sentença condenatória.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 168, DE 27 DE MAIO DE 2024</b> .....	1602
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a proposta de solução negocial prévia ao protesto, sobre a proposta de renegociação de dívida já protestada e para dar outras providências.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 169, DE 27 DE MAIO DE 2024</b> .....	1396
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o registro único da incorporação e da instituição do condomínio especial sobre frações ideais.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 172, DE 5 DE JUNHO DE 2024</b> .....	1505
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a forma para contratação da garantia de alienação fiduciária de bens imóveis.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 174, DE 2 DE JULHO DE 2024</b> .....	1396
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para regulamentar o dever dos notários e registradores em comunicar as mudanças de titularidades de imóveis aos municípios.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 175, DE 15 DE JULHO DE 2024</b> .....	1505
<i>Altera o art. 440-AO do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para esclarecer o alcance dos sujeitos envolvidos em operações de securitização de recebíveis imobiliários na permissão de lavratura de instrumento particular na formalização dos negócios translativos de créditos reais, e dá outras providências</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 176, DE 23 DE JULHO DE 2024</b> .....	727
<i>Altera as regras do exercício da interinidade de serventias extrajudiciais vagas de acordo com o julgamento da ADI n. 1.183/DF pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 177, DE 15 DE AGOSTO DE 2024</b> .....	847
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para regulamentar o procedimento para restauração e suprimento de registro civil diretamente nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 180, DE 16 DE AGOSTO DE 2024</b> .....	728
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de</i>	

<i>Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – Serp; e dá outras providências.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 182, DE 17 DE SETEMBRO DE 2024</b> .....	847
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos ofícios de registro civil das pessoas naturais.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 183, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024</b> .....	1396
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o reconhecimento de firma de títulos procedentes de entes coletivos.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 184, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024</b> .....	728
<i>Estabelece normas gerais para a realização do Exame Nacional de Cartórios – ENAC pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e dá outras providências.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 186, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024</b> .....	1603
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para adequar a redação do § 5º do seu art. 356 ao teor do § 3º do art. 14 da Lei n. 9.492/1997, incluído pela Lei n. 14.711/2023 (Marco Legal de Garantias).</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 187, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2024</b> .....	1397
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para esclarecer a dispensa de escritura pública nos contratos ou termos administrativos de desapropriação extrajudicial.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 188, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2024</b> .....	1397
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para revogar o Provimento n. 39/2014 e dispor sobre o funcionamento da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNI-B) 2.0, destinada ao cadastramento de ordens de indisponibilidade de bens específicos ou do patrimônio indistinto, bem como das ordens para cancelamento de indisponibilidade.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 191, DE 25 DE ABRIL DE 2025</b> .....	857
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para regulamentar os procedimentos relativos aos assentamentos de nascimentos decorrentes de adoção unilateral.</i>	
<b>PROVIMENTO Nº 194, DE 26 DE MAIO DE 2025</b> .....	1505
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dar nova redação ao art. 273 a fim de permitir o acesso às informações constantes na</i>	

*Central de Escrituras e Procurações (CEP) por qualquer interessado, nos termos em que especifica.*

<b>PROVIMENTO Nº 195, DE 3 DE JUNHO DE 2025</b> .....	1397
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para criar o Inventário Estatístico Eletrônico do Registro de Imóveis (IERI-e) e o Sistema de Informações Geográficas do Registro de Imóveis (SIG-RI); para disciplinar procedimentos de saneamento e de retificação no Registro de Imóveis e dá outras providências.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 196, DE 4 DE JUNHO DE 2025</b> .....	963
<i>Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para estabelecer regras sobre o processo de busca e apreensão e consolidação de propriedade fiduciária extrajudiciais de bem móvel perante o Ofício de Registro de Títulos e Documentos.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 197, DE 13 DE JUNHO DE 2025</b> .....	1506
<i>Regulamenta o § 1º do art. 7º-A da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o serviço de conta notarial vinculada, estabelece procedimentos para o depósito, administração e movimentação condicionada de valores por tabeliães de notas, e dá outras providências.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 199, DE 25 DE JUNHO DE 2025</b> .....	857
<i>Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e de Promoção do Acesso à Documentação Civil Básica por Pessoas e Populações em Vulnerabilidade e instituir a Semana Nacional do Registro Civil; revoga o Provimento nº 140, de 22 de fevereiro de 2023, e dá outras providências.</i>	

<b>PROVIMENTO Nº 200, DE 25 DE JUNHO DE 2025</b> .....	1507
<i>Acrescenta o § 6º ao art. 292 do Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para assegurar a liberdade de escolha do tabelião de notas na emissão de certificado digital notariado, nos termos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.</i>	

#### RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ

<b>RECOMENDAÇÃO Nº 3, DE 15 DE MARÇO DE 2012</b> .....	1508
<i>Dispõe sobre certificação prévia das partes, nos atos notariais que especifica, quanto à possibilidade de obterem Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.</i>	
<b>RECOMENDAÇÃO Nº 6, DE 2 DE JULHO DE 2012</b> .....	860
<i>Dispõe sobre o uso de papel de segurança unificado para emissão de certidões pelos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais.</i>	
<b>RECOMENDAÇÃO Nº 8, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012</b> .....	860
<i>Dispõe sobre a colocação de criança e adolescente em família substituta por meio de guarda.</i>	
<b>RECOMENDAÇÃO Nº 9, DE 7 DE MARÇO DE 2013</b> .....	731
<i>Dispõe sobre a formação e manutenção de arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e de registro.</i>	
<b>RECOMENDAÇÃO Nº 18, DE 2 DE MARÇO DE 2015</b> .....	860
<i>Dispõe sobre a expedição de certidão de óbito no estabelecimento de saúde em que ocorra o falecimento.</i>	

**RECOMENDAÇÃO Nº 19,**  
DE 25 DE MARÇO DE 2015..... 861  
*Dispõe sobre a instituição de Banco de Dados de óbitos de pessoas não identificadas, nos Estados que possuem Central de Registro Civil e no Distrito Federal.*

**RECOMENDAÇÃO Nº 22,**  
DE 6 DE JUNHO DE 2016..... 1508  
*Recomenda aos Tabelionatos de Notas que procedam a realização de inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável, quando houver filhos ou herdeiros emancipados.*

**RECOMENDAÇÃO Nº 23,**  
DE 28 DE JUNHO DE 2016..... 861  
*Recomenda aos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais que registrem a profissão dos pais a serviço do seu país nos assentos e certidões de nascimento dos seus filhos nascidos no Brasil.*

**RECOMENDAÇÃO Nº 28,**  
DE 17 DE AGOSTO DE 2018..... 731  
*Recomenda aos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal a celebração de convênios com notários e registradores do Brasil para a instalação de centros judiciários de solução de conflitos e cidadania (CEJUSCs).*

**RECOMENDAÇÃO Nº 39,**  
DE 19 DE JUNHO DE 2019..... 732  
*Dispõe sobre a necessidade de observância das decisões da Corregedoria Nacional de Justiça relacionadas à vedação de designação de interinos parentes de antigos delegatários titulares das serventias vagas.*

**RECOMENDAÇÃO Nº 40,**  
DE 2 DE JULHO DE 2019..... 861  
*Dispõe sobre os prazos e informações a serem prestadas ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC pelas serventias extrajudiciais de registro de pessoas naturais.*

**RECOMENDAÇÃO Nº 41,**  
DE 2 DE JULHO DE 2019..... 1400  
*Dispõe sobre a dispensa dos Cartórios de Registro de Imóveis da anuência dos confrontantes na forma dos §§ 3º e 4º do art. 176 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n. 13.838, de 4 de junho de 2019.*

**RECOMENDAÇÃO Nº 43,**  
DE 30 DE OUTUBRO DE 2019..... 862  
*Dispõe sobre o procedimento prévio a ser observado por todos os registradores civis do País para a lavratura de registros de nascimento e passaportes.*

**RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 46,**  
DE 22 DE JUNHO DE 2020..... 733  
*Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa, especialmente vulnerável no período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.*

**RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 47,**  
DE 12 DE MARÇO DE 2021..... 733  
*Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa, especialmente vulnerável, no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.*

**RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 49,**  
DE 3 DE MARÇO DE 2022..... 734  
*Dispõe sobre a adesão dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro à Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica.*

**RECOMENDAÇÃO Nº 50,**  
DE 18 DE JULHO DE 2022..... 862  
*Dispõe sobre a prevalência do direito fundamental ao nome sobre exigências não estabelecidas na Lei de Registros Públicos, para fins de registro de nascimento ou de óbito de crianças.*

#### ORIENTAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ

**ORIENTAÇÃO Nº 4,**  
DE 25 DE JUNHO DE 2013..... 863  
*Orienta sobre a desnecessidade de preenchimento da coluna "CID" do campo 40 da Declaração de Óbito do Ministério da Saúde para efeito de lavratura de assento de óbito por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.*

**ORIENTAÇÃO Nº 5,**  
DE 4 DE NOVEMBRO DE 2013..... 1399  
*Orienta sobre o procedimento de averbação de descrição georreferenciada de Gleba Pública Federal na Amazônia Legal previsto nos arts. 3º e 4º do Provimento nº 33/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça.*

**ORIENTAÇÃO Nº 7,**  
DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018..... 735  
*Dispõe sobre a reestruturação periódica das serventias extrajudiciais vagas.*

**ORIENTAÇÃO Nº 12,**  
DE 16 DE MAIO DE 2023..... 1399  
*Dispõe sobre a emissão da certidão de situação jurídica de imóvel.*

#### RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**RECOMENDAÇÃO Nº 99,**  
DE 13 DE JUNHO DE 2023..... 1604  
*Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a adoção de medidas extrajudiciais e judiciais para a cobrança da pena de multa prevista na alínea "c" do inciso XLVI do art. 5º da Constituição Federal e no art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.*

#### PORTARIAS

**PORTARIA Nº 938,**  
DE 20 DE MAIO DE 2002  
DO MINISTÉRIO DA SAÚDE..... 872

**PORTARIA Nº 116,**  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009  
DA SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE..... 872  
*Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde.*

**PORTARIA Nº 491,**  
DE 11 DE MARÇO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ..... 1401  
*Institui o Fórum Nacional para monitoramento e resolução dos conflitos fundiários rurais e urbanos.*

**PORTARIA Nº 1,**  
DE 21 DE AGOSTO DE 2012, DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA..... 1401  
*Dispõe sobre o procedimento para regularização fundiária de ocupações incidentes em terras públicas federais, situadas em áreas urbanas na Amazônia Legal, previstas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e dá outras providências.*

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1,** DE 23 DE AGOSTO DE 2013, DA AGU/BACEN..... 1614  
*Dispõe sobre o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa do Banco Central do Brasil.*

**PORTARIA Nº 429,**  
DE 4 DE JUNHO DE 2014,  
DA PROCURADORIA GERAL  
DA FAZENDA NACIONAL – PGFN..... 1614  
*Disciplina a utilização do protesto extrajudicial por falta de pagamento de certidões de dívida ativa da União ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS de responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.*

**PORTARIA CONJUNTA DA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN E RECEITA FEDERAL – RFB Nº 1.751,**  
DE 2 DE OUTUBRO DE 2014..... 737  
*Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.*

**PORTARIA Nº 327,**  
DE 11 DE SETEMBRO DE 2015,  
DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA..... 1404  
*Dispõe sobre o procedimento de reversão de imóveis rurais na Amazônia Legal à União.*

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 01,**  
DE 3 DE MAIO DE 2016,  
DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ  
E MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA..... 1405  
*Regulamenta o procedimento de transferência onerosa de imóveis rurais perdidos em favor do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, para o Programa Nacional de Reforma Agrária e para a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.*

**PORTARIA CONJUNTA Nº 1,**  
DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017,  
DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – AGU E  
DA SECRETARIA  
DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU..... 1405  
*Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Consultoria-Geral da União e pelas Superintendências do Patrimônio da União nos Estados e no Distrito Federal na representação da União relativamente à usucapião extrajudicial de bens imóveis, e dá outras providências.*

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 8,**  
DE 8 DE OUTUBRO DE 2019  
DOS MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES..... 877  
*Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos pedidos de naturalização especial.*

**PORTARIA Nº 24.218,**  
DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020..... 740  
*Estabelece as normas para envio da Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União (Doitu) pelos cartórios à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério da Economia.*

**PORTARIA Nº 72,**  
DE 19 DE JANEIRO DE 2021,  
DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA..... 1406  
*Autorização ao SERPRO para fornecimento de serviços automatizados de consulta aos dados do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR) por meio de serviço de API – Application Programming Interface.*

**PORTARIA Nº 901,**  
DE 20 DE MAIO DE 2021  
DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS..... 882  
*Dispõe sobre regras de condutas de acesso pelos Titulares e Substitutos de Cartórios de Registro Civil ao Sistema Nacional de Informações de Registros Cíveis - SIRC.*

**PORTARIA Nº 131,**  
DE 14 DE OUTUBRO DE 2021, DO MINISTÉRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – MINFRA\* ..... 1406  
*Dispõe sobre os processos administrativos de requerimento para exploração de ferrovias ou pátios ferroviários mediante outorga por autorização, conforme a Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021.*

**PORTARIA Nº 1.137,**  
DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023 DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES..... 883  
*Credencia a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN Brasil) para prestar o serviço de disponibilização e assinatura da Autorização para Transferência de Propriedade do Veículo em meio digital (ATPV-e).*

**PORTARIA CONJUNTA Nº 2.948,**  
DE 2 DE MAIO DE 2024,  
DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS - MGI E DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU ..... 1407  
*Institui o Módulo de Gestão de Atos e Contratos de Destinação de Imóveis.*

**PORTARIA Nº 548,**  
DE 30 DE JULHO DE 2024  
DO MINISTÉRIO DE ESTADO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES ..... 883  
*Delega competência para praticar atos relativos à adesão do Ministério das Relações Exteriores às centrais de informação de registros civis públicos e de atos notariais no Brasil.*

**PORTARIA CONJUNTA Nº 01,**  
DE 3 DE JANEIRO DE 2025,  
DO MINISTÉRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR - MDA E MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF ..... 1408  
*Regulamenta o procedimento de compensação de obrigações de empresas estatais e sociedades de economia mista perante a União na aquisição de imóveis rurais, conforme o art. 33 do Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024.*

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 105,**  
DE 9 DE JANEIRO DE 2025 ..... 736  
*Dispõe sobre a tramitação integrada de procedimentos entre a Ouvidoria Nacional da Mulher e a Corregedoria Nacional de Justiça para tratamento de representações administrativas e demandas relacionadas aos direitos das mulheres no âmbito do Poder Judiciário, na esfera de suas respectivas atribuições.*

#### INSTRUÇÕES NORMATIVAS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – RFB

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.110,**  
DE 17 DE OUTUBRO DE 2022\* ..... 742  
*Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.119,**  
DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022 ..... 965  
*Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.172,**  
DE 9 DE JANEIRO DE 2024 ..... 864  
*Dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.186,**  
DE 12 DE ABRIL DE 2024 ..... 743  
*Aprova o programa e as instruções para preenchimento da Declaração sobre Operações Imobiliárias, versão 6.1, define regras para a sua apresentação e dá outras providências.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2.203,**  
DE 17 DE JULHO DE 2024,  
DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB...1455  
*Dispõe sobre o Cadastro de Imóveis Rurais - Cafir.*

#### INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO INCRA

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 77,**  
DE 23 DE AGOSTO DE 2013, DO INCRA ..... 1410  
*Regulamenta o procedimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóveis rurais a que se refere o § 5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 82,**  
DE 27 DE MARÇO DE 2015, DO INCRA ..... 1411  
*Dispõe sobre os procedimentos para atualização cadastral no Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 83,**  
DE 30 DE JULHO DE 2015, DO INCRA ..... 1413  
*Estabelece as diretrizes básicas para as ações de obtenção de imóveis rurais para fins de assentamento de trabalhadores rurais e dá outras providências.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 88,**  
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017, DO INCRA .. 1421  
*Dispõe sobre a aquisição e o arrendamento de imóvel rural por pessoa natural estrangeira residente no País, pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil e pessoa jurídica brasileira equiparada à estrangeira e dá outras providências.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 91,**  
DE 3 DE OUTUBRO DE 2018, DO INCRA ..... 1427  
*Dispõe sobre o procedimento para venda direta dos imóveis residenciais de propriedade do INCRA no âmbito da Amazônia Legal, nos termos do art. 38, da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e dá outras providências.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 104,**  
DE 29 DE JANEIRO DE 2021, DO INCRA ..... 1431  
*Fixa os procedimentos para regularização fundiária das ocupações incidentes em áreas rurais, de que trata a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020, e dá outras providências.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 107,**  
DE 18 OUTUBRO DE 2021, DO INCRA ..... 1436  
*Define critérios e procedimentos administrativos para destinação de bens públicos imóveis, existentes em Projetos de Assentamento de reforma agrária, sob o domínio do Incra ou da União.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 112,**  
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021, DO INCRA.. 1438  
*Dispõe sobre procedimentos para anuência do uso de áreas em projetos de assentamento do Incra, por atividades ou empreendimentos minerários, de energia e de infraestrutura.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 124,**  
DE 26 DE JULHO DE 2022, DO INCRA ..... 1442  
*Estabelece os procedimentos para análise do cumprimento e liberação das cláusulas e condições resolutivas de instrumentos de titulação decorrentes de regularização fundiária, incidentes em áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e da União sob gestão do Incra.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 126,**  
DE 28 DE JULHO DE 2022, DO INCRA ..... 1446  
*Dispõe sobre os procedimentos necessários à regularização fundiária de ocupações incidentes em*

*terras públicas federais, situadas em áreas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica do Incra, dentro e fora da Amazônia Legal, e da União, administradas pelo Incra, na Amazônia Legal, previstas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 2009, e dá outras providências.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 128,**  
DE 30 DE AGOSTO DE 2022, DO INCRA..... 1448  
*Define critérios e procedimentos administrativos e técnicos para a edição da Portaria de Reconhecimento e de decreto declaratório de interesse social, avaliação de imóveis incidentes em terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, e celebração de acordos administrativos ou judiciais.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 142,**  
DE 28 DE MAIO DE 2024, DO INCRA ..... 1452  
*Dispõe sobre os procedimentos necessários à regularização fundiária de áreas urbanas consolidadas, de expansão urbana e de urbanização específica, incidentes em terras públicas federais do Incra, qualquer que seja sua localização, e da União, administradas pelo Incra na Amazônia Legal previstas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 2009, e dá outras providências.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 146,**  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024,  
DO INCRA ..... 1459  
*Estabelece procedimentos para instrução da fase administrativa da desapropriação por interesse social para promover a justa distribuição da terra, com fundamento no art. 5º, XXIV da Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962 e Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024, e parâmetros para realização de acordo extrajudicial.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 147,**  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024,  
DO INCRA ..... 1461  
*Estabelece procedimentos a serem adotados pelo INCRA para compra e venda de imóveis rurais, na forma do Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, com alterações promovidas pelos Decretos nº 2.614 de 1998 e 2.680 de 1998, e Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024 e define as alçadas de decisão e outras providências.*

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 116,**  
DE 5 MAIO DE 2021 ..... 869  
*Disciplina o procedimento relativo à apuração de descumprimento de qualquer obrigação imposta pelo art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, assim como o fornecimento de informação inexacta pelos Titulares de Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, para fins de aplicação de multa e propositura de ação regressiva.*

#### INSTRUÇÕES CONJUNTAS

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 208,**  
DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019, CONJUNTA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA/SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO ..... 1428  
*Disciplina a atividade de Demolição de imóveis da União.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.968,**  
DE 22 DE JULHO DE 2020,  
CONJUNTA DA RFB E INCRA ..... 1430  
*Estabelece prazos e procedimentos para atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e do Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir) que visa propiciar a integração entre esses sistemas cadastrais com a finalidade de estruturação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIIR).*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05,**  
DE 19 DE MAIO DE 2016, DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ..... 1418  
*Estabelece os procedimentos para a Compensação de Reserva Legal, em imóveis localizados no interior de Unidades de Conservação Federais de domínio público, visando à regularização da sua situação fundiária, conforme Processo Administrativo nº 02070.000195/2014-01.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DO DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO – DREI**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 81,**  
DE 10 DE JUNHO DE 2020 ..... 974  
*Dispõe sobre as normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas, bem como regulamenta as disposições do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS – FUNAI**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30,**  
DE 9 DE AGOSTO DE 2023, DA FUNAI ..... 1451  
*Estabelece as regras para emissão de Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a terras indígenas e imóveis confrontantes e declara a nulidade da Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 34,**  
DE 30 DE ABRIL DE 2025, DA FUNAI ..... 1464  
*Estabelece os procedimentos para a constituição de Reserva Indígena por meio da destinação de Terras Públicas e áreas desafetadas, pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai.*

**NOTA TÉCNICA**

**NOTA TÉCNICA INCRA Nº 3.448,**  
DE 25 DE OUTUBRO DE 2021 ..... 1465  
*Dispõe sobre os procedimentos para a submissão de parcelas no Sistema de Gestão Fundiária para situações de Usucapião Judicial e Extrajudicial.*

**SÚMULAS RELACIONADAS**

SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF ..... 1687  
SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ ..... 1689

**ENUNCIADOS DA I JORNADA DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF**

I JORNADA DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF ..... 1693

**ENUNCIADOS DAS JORNADAS DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF**

I JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF ..... 1696

III JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF ..... 1701

IV JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF ..... 1705

V JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF ..... 1708

VI JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF ..... 1712

VII JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF ..... 1714

VIII JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF ..... 1715

IX JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF ..... 1716

**ENUNCIADOS DA JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF**

I JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF.. 1718

II JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF.. 1719

III JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF.. 1720

**ENUNCIADOS DA JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF**

I JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF ..... 1722

II JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF ..... 1722

III JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF ..... 1722

**ENUNCIADOS DA JORNADA “PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS” DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF**

I JORNADA “PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS” ..... 1724

II JORNADA “PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS” ..... 1727

**ENUNCIADOS DA JORNADA DE DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL – CJF**

I JORNADA DE DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL ..... 1732

**ENUNCIADOS DO COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL – CNB**

XIX CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – MAIO/2014 ..... 1733

XX CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – OUTUBRO/2015 ..... 1733

XXI CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – OUTUBRO/2016 ..... 1733

XXII CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – JUNHO/2017 ..... 1733

XXIV CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – AGOSTO/2019 ..... 1733

**ENUNCIADOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM)**

X CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) ..... 1735

XI CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) ..... 1735

XII CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) ..... 1735

XIII CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) ..... 1736

XIV CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) ..... 1736

**RECOMENDAÇÕES PARA AS CÂMARAS NACIONAIS E OS CONSELHOS NACIONAIS DOS NOTARIADOS MEMBROS DA UNIÃO INTERNACIONAL DO NOTARIADO – UINL – OUTUBRO/2016**

TEMA 1: O NOTÁRIO COMO TERCEIRO DE CONFIANÇA ..... 1737  
*Recomendações para as câmaras nacionais e os conselhos nacionais dos notariados membros da UINL.*

TEMA 2: A ESCRITURA PÚBLICA E A DIGITALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS: DIREITOS TÉCNICOS E JURÍDICOS ..... 1738

**CONCLUSÕES INTERNACIONAIS DO 30º CONGRESSO MUNDIAL DA UNIÃO INTERNACIONAL DO NOTARIADO (UINL)**

TEMA 1: O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA NOTARIAL EM ÂMBITO VIRTUAL ..... 1739

TEMA 2: O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA NOTARIAL VINCULADO À RECUPERAÇÃO DAS ECONOMIAS NACIONAIS NA ÉPOCA PÓS-PANDEMIA ..... 1739

**ORIENTAÇÕES SOBRE PRÁTICAS NOTARIAIS E DE REGISTRO DA ESCOLA NACIONAL DE DIREITO NOTARIAL E DE REGISTROS – ENNOR**

ORIENTAÇÃO SOBRE NOTAS ..... 1740

ORIENTAÇÃO SOBRE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS ..... 1740

ORIENTAÇÃO SOBRE REGISTRO DE IMÓVEIS ..... 1740